

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

CLÁUDIO DE ABREU JÚNIOR

**A NOÇÃO DE *BACKGROUND* COMO FUNDAMENTO DA
EPISTEMOLOGIA DE JOHN R. SEARLE**

CURITIBA

2006

CLÁUDIO DE ABREU JÚNIOR

**A NOÇÃO DE *BACKGROUND* COMO FUNDAMENTO DA
EPISTEMOLOGIA DE JOHN R. SEARLE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Bortolo Valle

CURITIBA

2006

A162n
2006 Abreu Júnior, Cláudio de
 A noção de background como fundamento da epistemologia de John R. Searle / Cláudio de Abreu Júnior ; orientador, Bortolo Valle. – 2006.
 vii, 89 f. : il. ; 30 cm

 Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006
 Inclui bibliografia

 1. Teoria do conhecimento. 2. Filosofia moderna. 3. Searle, John R. I. Valle, Bortolo. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

 .

CDD 20. ed. 121
191

Aos irmãos que a vida me deu...

Ana Paula

Marcelo

Roberto

Dedico

- À *Pequena Obra da Divina Providência* e à *Pontifícia Universidade Católica do Paraná*, pelo apoio;
- Ao *Curso de Filosofia*, pela confiança;
- Aos *colegas* de pesquisa, pelo companheirismo;
- À *Profª. Maria Cristina Leite Gomes*, por ter-me feito acreditar que é possível;
- Aos professores *Paulo Eduardo de Oliveira, Cleverson Leite Bastos, Inês Lacerda Araújo, Arley Ramos Moreno* e *Walter Alexandre Carnielli*, pela gestão do conhecimento;
- A *Joelma Marques, Marcelo José Wesseling, Roosevelt Arraes* e *Gabriel Mograbi*, pela frutífera interlocução;
- A meu orientador, *Prof. Bortolo Valle*, pela aposta, presença e amizade;
- A *todos* aqueles que cruzaram meu caminho tornando-o mais brando...

O meu sincero agradecimento e minha gratidão.

De minha parte, considero que a filosofia deve explicar a vida cotidiana. Não é necessário falar sempre do “homem pós-industrial na situação do capitalismo tardio”. Devemos ser capazes de descrever situações tais como “tomar uma cerveja” ou “andar a pé”. Do meu ponto de vista, o campo da filosofia abrange tudo, mas deve começar pela vida cotidiana, a de qualquer pessoa.

John Roger Searle

RESUMO

A tese que motiva esta dissertação é que a noção de *Background* constitui-se como fundamento da epistemologia presente no pensamento do filósofo norte-americano John Roger Searle. A fim de apresentar os elementos que sustentam tal tese, mostramos, num primeiro momento, as raízes conceituais da noção de *Background* e também o desenvolvimento desta ao longo da construção do pensamento do filósofo: tanto apresentamos a influência de Wittgenstein e Austin no que se refere à origem das discussões que levam ao trato com a idéia de que a linguagem não se sustenta por si só como repassamos as obras do filósofo em sua ordem cronológica. Estabelecido o marco referencial da noção nuclear do trabalho, exploramos suas características estruturais. Por fim, explicamos o modo pelo qual tanto à mente, quanto a linguagem e também a sociedade apresentam uma dependência em relação à idéia de um fundo de capacidades, tendências e predisposições não lingüísticas e pré-intencionais. Com este movimento, pudemos perceber que não estamos equivocados ao defender que a noção de *Background* cumpre papel singular frente à epistemologia presente no pensamento de Searle.

Palavras-chave: Filosofia Contemporânea. Epistemologia. John Searle. *Background*.

ABSTRACT

The thesis that motivates this dissertation is that the notion of Background consists as the base of the present epistemology in the thought of the North American philosopher John Roger Searle. In order to present the elements that support such thesis, we show, at a first moment, the conceptual roots of the notion of Background and also the development of this notion throughout the construction of the thought of the philosopher: as much we present the influence of Wittgenstein and Austin as for the origin of the quarrels that lead to the treatment with the idea of that the language is not supported by itself as we repass the workmanships of the philosopher in its chronological order. Established the referential landmark of the nuclear notion of the work, we explore its structural characteristics. Finally, we explain the way on which as the mind as the language and also the society presents a not linguistic and daily pay-intentional dependence in relation to the idea based on the capability, trends and predispositions. With this development, we could notice that we are not wrong when defending that the notion of Background fulfills the singular role in present epistemology in the thought of Searle.

Key-words: Contemporary Philosophy. Epistemology. John Searle. Background.

Introdução

O pensamento de John Roger Searle apresenta algumas características peculiares. Nesta dissertação, exploramos a noção de *Background* – apresentada como um fundo de capacidades, tendências e predisposições pré-intencionais – defendendo a tese de que esta noção constitui o fundamento que torna possível a epistemologia presente no pensamento do autor.

Com a pretensão de explicitar de que modo interagem a mente, a linguagem e a realidade – realidades estruturais do pensamento de Searle –, apresentamos esta dissertação em três capítulos, pelos quais mostramos alguns elementos que explicitam o contexto filosófico onde está inserido o pensamento de Searle – buscando perceber as bases conceituais que o autor utiliza para estruturar a idéia de *Background*. Também procuramos mostrar o modo pelo qual se dá a evolução desta idéia no interior da obra do filósofo. Posteriormente, restringimo-nos à noção de *Background*: tratamos tanto de sua relação com a noção de intencionalidade como de suas características constitutivas. Por fim, exploramos a presença desta noção na concepção apresentada por Searle acerca das três realidades estruturais de seu pensamento, a saber, a mente, a linguagem e a sociedade.

No primeiro capítulo, procuramos apresentar alguns elementos presentes no entorno donde surge a noção de *Background*. Os trabalhos de Wittgenstein e Austin são importantes referências à postura adotada por Searle frente à linguagem. Justamente por isso, destacamos, por um lado, alguns aspectos das noções wittgensteinianas de “jogos de linguagem” e “forma de vida” e, por outro, a noção de “ato de fala”, segundo o entendimento de Austin. Num segundo momento, exploramos o conjunto da obra searleana, repassando cada trabalho, no sentido de perceber os elementos presentes no pensamento do autor que estão relacionados ao surgimento e ao amadurecimento da noção de *Background*. Com esse percurso, desde as influências para seu surgimento até a sua consolidação, estabelecemos os limites de nossa investigação.

No segundo capítulo, tratamos inicialmente de algumas características da noção de intencionalidade, pois esta se apresenta, em princípio, como mediadora

entre as três realidades estruturais do pensamento do filósofo e a noção mesma de *Background*. Contudo, devemos apresentar a intencionalidade “em princípio” na função de mediadora porque, como veremos, o amadurecimento da noção de *Background* nos conduzirá a perceber que é também a intencionalidade parte deste fundo de capacidades, tendências e predisposições. Tratando da intencionalidade, apresentamos a estrutura de um estado intencional, mostrando a interação existente entre as noções de “modo psicológico”, “conteúdo intencional” e “direção de ajuste”. Assim, expomos o que Searle estabelece como intencionalidade intrínseca e intencionalidade derivada, e também o que é afirmado pelo filósofo acerca da distinção entre intencionalidade individual e intencionalidade coletiva.

Apresentadas as características da noção de intencionalidade, ainda no segundo capítulo, mostramos como o *Background* é uma idéia que está em contínua mudança, pelo que nos referimos a ela como uma noção em construção. A fim de mostrar como se estrutura esta construção, iniciamos tratando da relação existente entre o fundo de capacidades, tendências e predisposições e a noção de significado. A partir desta relação, e com a soma de alguns elementos da vida cotidiana, o filósofo nos apresenta o que denomina “uma geografia mínima” do *Background*, também exposta nessa dissertação. Por fim, nos referimos tanto a argumentos que o filósofo apresenta em defesa da efetividade da noção de *Background* quanto ao funcionamento desta noção – incluindo aqui a idéia de *Network* que, como a noção de intencionalidade, é diretamente afetada pelas mudanças ocorridas na concepção de *Background* ao longo de seu amadurecimento.

No terceiro capítulo, tendo em vista que tanto a mente quanto a linguagem e também a sociedade se caracterizam como elementos estruturais do pensamento searleano, visto que nosso objetivo é demonstrar de que modo a noção de *Background* cumpre papel fundamental para a consistência dos aportes epistemológicos apresentados pelo filósofo, exploramos de que modo a noção de *Background* relaciona-se com estas três realidades. No que se refere à mente, são expostos alguns elementos da concepção searleana de consciência e de intencionalidade, pois estas características, para o filósofo, são essenciais à mente; quanto à linguagem, explicitamos de que modo se torna importante a noção de *Background* para entendermos a característica relacional da linguagem, que, para Searle – nos passos de Wittgenstein e de Austin –, não tem meramente função

figurativa. Por fim, no que se refere à sociedade, passamos a apresentação das noções de “atribuição de função de *status*” e “regras constitutivas”, salientando o papel que desempenham na construção da realidade social, o que propicia-nos um entendimento da presença da noção de *Background* no contexto social em que vivemos.

Com esta trajetória estaremos aptos a aferir alguns comentários a respeito de elementos da contribuição de Searle à filosofia. Como um pensador pós-metafísico, Searle não procura estabelecer a filosofia como fundamento de todo o conhecimento possível; contudo, não abre mão de que é possível conhecer, sendo um ferrenho adversário intelectual de pensadores pós-modernistas. Nesse contexto, visto que advoga à nossa existência um plano subjetivo para a realidade, importa estabelecer quais são os elementos da epistemologia presente em seu pensamento. No que segue, apresentamos algumas características deste que julgamos importantes para percebermos de que modo a noção de *Background* se encontra presente nos aportes epistemológicos apresentados pelo filósofo.

1 CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA: A GÊNESE DA NOÇÃO DE BACKGROUND

John Searle é considerado um dos mais importantes filósofos em atividade. A abrangência de seu pensamento é inquestionável, o que não significa dizer que a concordância com seus posicionamentos seja fácil. Searle apresenta em sua obra uma estreita relação entre ciência, tecnologia e filosofia, o que confere a seu pensamento posição de destaque. Percebemos a utilização de seu pensamento em áreas como economia, teoria política, gestão pública e análise geo-política dentre outras; isso se dá por sua proximidade com a ciência e com as práticas diárias da vida como, por exemplo, almoçar, trabalhar, viajar, tomar decisões, brincar, etc. Essas características conduzem Searle a uma “epistemologia da vida”¹.

Podemos perceber, a partir das leituras de certos textos searleanos², um rigoroso respeito pelo cotidiano, pelo ordinário – esta é a idéia fundamental da noção de epistemologia da vida. Importa à filosofia, nessa perspectiva, tratar das questões referentes à vivência cotidiana. Não obstante as questões céticas, a epistemologia da vida segue viva, afirma Searle³. Lutamos dia-a-dia para descobrir a cura da SIDA, para construir aviões melhores e mais seguros, para erradicar o analfabetismo, dentre outras iniciativas propriamente humanas.

A união da idéia de uma epistemologia da vida com a sua simpatia pelos ideais iluministas⁴ inscreve Searle como uma figura peculiar no universo dos pensadores da segunda metade do século passado, principalmente no que se refere aos radicados em universidades norte-americanas. Sua proposta é de contribuir com o que denomina “visão iluminista”⁵. Searle acredita que é equívoca a afirmação de que o mundo, a partir das grandes mudanças do século passado (guerras, regimes

1 Percebe-se que o termo “epistemologia da vida” é usado por Searle para realçar o caráter comum que caracteriza o conhecimento. Trata-se de dar ênfase aos avanços surgidos a partir das questões que emergem de nossa vivência cotidiana.

2 Conforme podemos perceber, por exemplo, em SEARLE, J. R. The Future of Philosophy. In: http://ist-socrates.berkeley.edu/~jsearle/future_of_philosophy.rtf

3 Cf. Idem.

4 “Só para pôr minhas cartas na mesa desde o início: eu aceito a visão iluminista. Penso que o universo existe de modo bastante independente de nossas mentes e que, dentro dos limites estabelecidos por nossas capacidades evolutivas, somos capazes de compreender sua natureza”. SEARLE, J. R. *Mind, Language and Society, Philosophy in the Real World*. New York: Basic Books, 1998; London: Weidenfeld and Nicholson, 1999. Neste estudo, usamos a versão em língua portuguesa: *Mente, linguagem e sociedade, Filosofia no mundo Real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 13-14.

5 Cf. Idem.

políticos, descobertas científicas e avanços tecnológicos), se tornou inteligível; pelo contrário, ele defende que o mundo ficou mais complexo, o que exige uma melhor competência para levar a cabo a tarefa de conhecê-lo⁶.

Partindo das ações cotidianas e acreditando que é possível conhecê-las, Searle é levado a optar por uma forma de realismo. Para ele, que o mundo exista é uma pressuposição necessária⁷, isto é, uma pressuposição que se afigura como condição de possibilidade de toda a inteligibilidade possível. De que valeria falar de conhecimento, de progresso científico (ou mesmo negá-lo), se não existíssemos, se o mundo não existisse de uma forma independente de nossas representações?

A epistemologia da vida emerge do esforço para apresentar uma teoria geral coerente acerca do mundo. Tal teoria geral pressupõe que vivemos em um só mundo, sendo que suas características são melhor descritas em termos da química, da física e demais ciências naturais⁸. Contudo, isso não inviabiliza a análise da vida cotidiana em termos de significação, de simbolismo, de cultura. Unindo as perspectivas destes três últimos elementos num objeto de estudo, o filósofo direciona sua reflexão para três fatores estruturais da realidade, a saber: a mente, a linguagem e a sociedade. A tarefa de mostrar os contornos da interação entre essas realidades só é possível ao atentarmos para a questão de que o entendimento acerca da sociedade deve passar pelo enfrentamento tanto com a mente quanto com a linguagem; que o entendimento acerca da linguagem necessita das noções de sociedade e de mente; e, por fim, que o entendimento acerca da mente passa pela linguagem e pela sociedade. A interdependência existente entre as noções de mente, de linguagem e de sociedade é uma característica fundamental do universo social na perspectiva da qual parte e desenvolve-se a filosofia searleana.

O núcleo dessa proposta epistemológica está na noção que perpassa toda a obra do filósofo americano. Tanto a mente quanto a linguagem e também a sociedade necessitam de um fundo de suporte, que é localizado pelo autor na noção de *Background*. Esse conceito e seu significado aparecem como suporte da possibilidade da significação nos atos de fala, também como elemento que propicia

6 Cf. SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 14.

7 Cf. Idem. The Construction of Social Reality. New York: The Free Press; Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1995. Neste estudo usamos a versão em língua espanhola: La construcción de la realidad social. Barcelona: Paidós, 1997. p. 185-190; e ainda: cf. Idem. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 22.

8 Cf. Idem. p. 19.

a representação, por parte de um estado intencional, de suas próprias condições de satisfação e, de igual forma, como um elemento para a sustentação da efetividade das regras constitutivas da realidade institucional. O *Background* desempenha um papel fundamental na ligação entre a mente, a linguagem e a sociedade.

A mente, a linguagem e a sociedade se articulam, e esta articulação se faz mediante uma unidade de base que é o *Background*, um fundo de capacidades, de predisposições, de tendências. Explicitar esta articulação, apresentando a noção de *Background* como elo possibilitador da articulação e perceber suas decorrências no que se refere aos temas fundamentais da epistemologia, é o trabalho que nos propomos realizar. Sabemos que Searle busca, em outros filósofos, elementos que o auxiliam na montagem de seu *corpus* doutrinário. Iniciaremos nossa reflexão resgatando algumas das principais influências que estão (implícita ou explicitamente) presentes na obra de Searle. Nesse resgate, destacamos principalmente os aportes ao pensamento de Wittgenstein e de Austin.

1.1 Wittgenstein: jogo de linguagem e forma de vida

Na tradição filosófica, poucos conceitos, quando novos, causaram tamanho interesse (em certa perspectiva, revolucionaram) ao labor filosófico quanto o fez a noção de “jogo de linguagem” apresentado pelo filósofo austríaco Wittgenstein (1889-1951) em sua obra tardia, principalmente em *Philosophischen Untersuchungen* (1953)⁹. Em seu pensamento tardio, essa noção indica uma mudança significativa que o impulsiona para além do formalismo característico de sua primeira obra, o *Tractatus Logico-philosophicus*¹⁰. Com a noção de “jogos de linguagem”, Wittgenstein efetiva a passagem de uma concepção de linguagem como instrumento para uma concepção da linguagem entendida como uma atividade humana ordinária. A linguagem, mas *Investigações Filosóficas*, não tem mais meramente uma função figurativa com estatuto de instrumento com o qual se realizam asserções acerca do mundo, mas sim, é entendida como o limite mesmo de possibilidade do mundo, no que se refere à sua inteligibilidade. O paralelismo

9 As Investigações Filosóficas constituem um marco referencial da passagem, em filosofia analítica principalmente, de uma postura logicista (aposta na lógica como ferramenta de purificação da linguagem) para uma postura pragmática (voltada a linguagem ordinária, levando em conta o contexto de enunciação e as características dos agentes envolvidos nesse contexto).

10 WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

linguagem/mundo dissolve-se com a concepção pragmática de linguagem¹¹ defendida pelo filósofo vienense por meio da apresentação da noção de jogos de linguagem.

Wittgenstein não busca mais a ordem lógica da linguagem, pois “o novo modelo propõe, no lugar das regras lógicas e semânticas para construir proposições, simplesmente o uso da linguagem ordinária, que, tal como está, está em ordem”¹². A principal decorrência disto é que uma teoria única (de caráter fundante, baseando-se numa essência última, conforme pensada no *Tractatus Logico-philosophicus*) está fadada a não contemplar todas as possibilidades existentes acerca dos meandros de utilização da linguagem. Assim, uma nova postura sobre a linguagem se faz necessária, a partir das *Investigações*, a saber: considerar o cenário específico no qual a linguagem está posta. Esta é a idéia estrutural da noção de jogo de linguagem¹³.

Para Araújo¹⁴, pelo fato de ser o objetivo de Wittgenstein observar peculiaridades da gramática, poderia o filósofo substituir o termo “jogo de linguagem” por “uso da linguagem”. Importa é ater-se à linguagem tendo em vista cada uso específico que dela é feito, sem com isso pretender ter na noção mesma de jogo de linguagem um fio condutor que leve a uma teoria geral acerca de toda linguagem. A postura de busca de uma teoria geral, própria do *Tractatus*, é revista por Wittgenstein quando este, nas *Investigações Filosóficas*, aponta, com a noção de jogo de linguagem, para a multiplicidade de usos da linguagem.

Wittgenstein explora, afim de expressar aspectos da efetividade da trama lingüística, o fato de que “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”¹⁵. Percebe o filósofo que a multiplicidade dos jogos (e, portanto, das possibilidades de significação de um termo) sugere, na prática comunicativa ordinária, que certos termos partilham de algumas semelhanças no que se refere ao uso que desses termos é feito. Tais semelhanças são denominadas por Wittgenstein de “semelhanças de família”¹⁶.

11 O paralelismo linguagem mundo pressupõe a linguagem na função figurativa. Quando identificada ao uso, a linguagem transcende essa função, dissolvendo esse paralelismo.

12 ARAÚJO, I. L. Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004. p. 100.

13 Cf. WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 22, §23.

14 Cf. ARAÚJO, I. L. Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004. p. 107.

15 WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 32, § 43.

16 Cf. WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 42-43, § 66-67.

A linguagem se efetiva em jogos e nesses jogos o significado dos termos emerge segundo as regras do jogo em questão. Cada jogo apresenta suas características. Essas características são o que o constitui como esse jogo específico e não como outro qualquer. Decorre disso que determinados agentes podem jogar tal jogo, enquanto outros não.

Importa lembrar que a linguagem neste contexto é tida como uma ação e, da mesma forma que a atividade de caminhar, por exemplo, necessita, por parte do caminante, de algumas capacidades e, além disso, de um cenário onde se efetive a ação, a linguagem também apresenta suas exigências. Assim, uma pessoa que não conheça o vocabulário técnico da física óptica, evidentemente, não pode jogar este jogo específico, que, por exemplo, pode ter lugar em um congresso acerca do tema. Nesse ponto, Wittgenstein assinala para o fato de que todo jogo de linguagem emerge de uma forma de vida, nos levando a perceber que “em nossa cultura, temos formas de vida que sabem fazer regras e que sabem aplicá-las. As regras são compartilhadas e permitem saber o que é relevante em dada situação”¹⁷.

Como não há um fundamento último que sustente todo o conjunto de regras, cada jogo de linguagem é autônomo em relação aos demais. Poder-se-ia inclusive concluir que cada jogo de linguagem é uma determinada sub-linguagem (frente à linguagem em sua totalidade)¹⁸. Isso é visível se atentarmos para o fato de que um discurso referente à prática futebolística distingue-se consideravelmente de um discurso referente à física óptica, por exemplo.

As idéias apresentadas por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* flexibilizam a reflexão acerca da linguagem. A consequência, para a filosofia, é abrangente e importante, sendo visível em grande parte do trabalho filosófico dos mais importantes pensadores da segunda metade do século XX. No caso específico deste estudo, queremos demonstrar como tais idéias influenciaram a filosofia desenvolvida por Searle, principalmente no modo como as noções de “jogos de linguagem” e “forma de vida” se fazem presentes para que o filósofo norte-americano construísse a noção de *Background*.

Antes disto, também a contribuição de Austin à concepção da linguagem não mais como instrumento, mas sim como condição de possibilidade da filosofia, será

17 ARAÚJO, I. L. Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004. p. 111.

18 Cf. WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 16, § 7.

explorada, pois alguns elementos do pensamento de Austin também constituem um importante fundamento a obra de John Searle.

1.2 Austin: linguagem como ação

Uma das principais contribuições de Austin (1911-1960) à filosofia surge da idéia de que a linguagem deve ser tratada fundamentalmente como uma forma de ação humana. O sentido de um enunciado não pode ser estabelecido apenas por meio da análise de seus elementos constituintes; ao contrário, são as condições de uso do enunciado que determinam seu significado. Ao proferirmos enunciados tais como “eu declaro”, “eu peço desculpas”, “eu aposto”, “eu te batizo”, “eu nomeio”, “eu condeno”, “eu prometo”, “eu ordeno” e outros assemelhados, não temos como objetivo fazer afirmações, senão queremos realizar uma ação. “A preocupação central de Austin não é tanto com as palavras e mudanças de uso na linguagem do dia-a-dia, mas, acima de tudo, com as diferentes coisas que podem ser feitas com as palavras”¹⁹.

Entendendo que pelo proferimento de algumas sentenças nada declaramos, mas agimos no mundo, Austin divide os enunciados em *constativos*, que são enunciados declarativos (enunciados passíveis de valoração quanto à sua verdade ou sua falsidade) e, além destes, enunciados *performativos*, que são aqueles cujo verbo, indicativo da ação, aparece na primeira pessoa do presente. Assim, há duas classes distintas de enunciados lingüísticos²⁰, a saber: enunciados constativos e enunciados performativos.

Vejamos as características dos enunciados performativos. Diferenciado-se dos enunciados constativos, os enunciados performativos não podem ser analisados quanto à verdade ou a falsidade, contudo, admitem certo tipo de valoração, sendo esta última possível em termos de *condições de felicidade*²¹. Isso ocorre porque “performativo” é o nome dado a uma classe de enunciados que, apesar de terem forma de enunciados descritivos, não o são. Os enunciados performativos apresentam, podemos concluir, as seguintes características estruturais:

19 OLIVEIRA, M. A. A Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. p. 152, nota 10.

20 Conf. AUSTIN, J. L. Performativo-constativo. In OTTONI, P. Visão performativa da linguagem. Campinas: UNICAMP, 1998.

21 O que deve se dar para um ato de fala efetivar-se? Numa ordem, por exemplo, o ato de fala só é feliz, isto é, atinge seu objetivo, se a ordem é cumprida. Assim, para um enunciado performativo não podemos atribuir valor em termos de verdade/falsidade, mas sim em termos de satisfeito/não-satisfeito.

- a- não descrevem, não relatam e não constata nada, e tão pouco são verdadeiros ou falsos;
- b- e, pronunciar um enunciado dessa natureza significa realizar uma ação ou parte dela, mais precisamente uma ação que não é normalmente descrita como simplesmente dizer algo.

Essa diferenciação entre enunciados constativos e enunciados performativos é importante no conjunto da obra de Austin, pois é justamente a partir desses elementos que o filósofo inglês trabalha buscando explicitar o caráter performativo da linguagem. Contudo, Austin mesmo percebe que a diferenciação entre enunciados constativos e enunciados performativos não se sustenta. Em seu artigo *Performativo-constativo*²², o filósofo mostra que os enunciados classificados como constativos podem ser reduzidos a enunciados performativos bem como os enunciados performativos podem ser reduzidos a enunciados constativos. Declara que “temos a necessidade de uma teoria mais geral dos atos de fala e, nessa teoria nossa antítese constativo-performativo terá dificuldade para sobreviver²³”.

A partir da constatação de que tal antítese não se sustenta, Austin procura apresentar um novo aparato conceitual para que se possa alcançar algo relevante no estudo da linguagem. Ottoni²⁴ alerta para o fato de que Austin centraliza seu estudo nas características performativas da linguagem, apresentando uma “visão performativa”, visão que não está limitada ao caráter figurativo da linguagem.

Ao explorar o caráter performativo da linguagem, Austin apresenta uma classificação das ações lingüísticas que pode ser disposta em três categorias:

- a- a categoria do ato locucionário – enunciado com determinado sentido ou referência. É a produção do sentido;
- b- a categoria do ato ilocucionário – o falante atribui a esse conteúdo uma determinada força: a realização de uma afirmação, de um oferecimento, de uma promessa, de uma ordem num determinado contexto. É presença de uma força no proferir certo enunciado;
- c- a categoria do ato perlocucionário – o falante alcança certos efeitos sobre

22 AUSTIN, J. L. *Performativo-constativo*. In OTTONI, P. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.

23 Idem. p. 199.

24 Cf. OTTONI, P. John Langshaw Austin and the Performative View of Language. DELTA. [online]. 2002, vol.18, no.1 [cited 28 January 2006], p.117-143. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000100005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-4450.

o ouvinte por meio de um proferimento. É o efeito como decorrência do ato de fala.

Destas três categorias, que se dão na dinâmica mesma do ato de fala (não sendo, então, três “acontecimentos” distintos), os atos ilocucionários tornam-se o centro de um grande número de trabalhos sobre a linguagem. A idéia central desses trabalhos é que esse tipo de ação lingüística não é uma ação que é consequência do que se diz. A ação ilocucionária se dá ao se dizer o que se diz. Dizer “declaro encerrada a sessão” é encerrar a sessão. Contudo, existe um conjunto de condições que devem ser satisfeitas para que o ato ilocucionário se realize: se não for o caso, por exemplo, de uma pessoa abalizada por convenções jurídico-sociais a proferir a sentença, a sessão não estará encerrada.

... a oração “Ordeno-lhe que dispare sua arma” adquire a força ilocucionária de uma *ordem* se o falante possui autoridade suficiente para dar essa ordem, se a ordem é exequível, se é dirigida a pessoa adequada e se é formulada corretamente e de forma compreensível²⁵.

Assim, é necessário que exista um procedimento aplicado por pessoas habilitadas, e que, preferivelmente, todos os participantes envolvidos estejam habilitados; é fundamental que os agentes tenham certos sentimentos e certos pensamentos. Nas palavras de Austin:

Geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (...), cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a *única* coisa necessária para a realização do ato. Genericamente falando, é sempre necessário que as palavras que forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*; freqüentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais”, ou mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais. Assim, para eu batizar um navio é essencial que eu seja a pessoa escolhida para fazê-lo²⁶.

Para que um ato ilocucionário seja “feliz” (possa realizar o que se pretenda com ele) deve haver uma satisfação de todas essas condições de felicidade. Como uma entidade extra lingüística, o “eu”, para Austin, pode ser um agente que empiricamente pode comprar, vender, prometer, casar entre tantas coisas, pela realização de um ato de fala, desde que as condições necessárias para isso estejam asseguradas.

Austin, da mesma maneira que Wittgenstein, efetiva certa mudança no cenário da reflexão acerca da linguagem no século XX. Com sua contribuição,

25 MARCONDES, D. Filosofia, linguagem e comunicação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. p. 16.

26 AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 26.

percebe-se que o que importa não é uma explicitação do modo pelo qual palavras e enunciados apresentam significação. Austin aponta para a necessidade de explicitar as circunstâncias de enunciação, a força da enunciação e o efeito dela decorrente.

1.3 John Searle: herdeiro de Austin e Wittgenstein

A linguagem considerada a partir das noções de ato de fala, desenvolvida por Austin, e de jogo de linguagem, desenvolvida por Wittgenstein, com seus desdobramentos, apresenta-se como um tipo de desempenho. Esse desempenho se dá no cotidiano, num contexto eivado de situações contingentes. Com as noções de ato de fala e jogo de linguagem, a linguagem decididamente deixa de ser vista como um instrumento de comunicação entre o intelecto e uma coisa no mundo, passando a ser um campo de interações.

Aproximando a idéia de interação da noção de jogo de linguagem, podemos perceber que a noção de jogo de linguagem remete à importância da *regra* para a efetividade da linguagem. Algumas peculiaridades, então, se apresentam:

a- as regras de um jogo de linguagem não possuem sustentação nelas mesmas. A validade de uma regra está condicionada à aceitação dos jogadores do jogo em questão, sendo que estes necessitam partilhar a mesma forma de vida²⁷.

b- na ausência de regras o jogo inexistente. É impossível que tenhamos um jogo sem que tenhamos as regras desse jogo²⁸.

c- com base nessas duas características, temos cada enunciação como um lance do jogo.

Vista pelas lentes austinianas, a idéia de interação está em que há uma equivalência entre fazer e dizer; sendo que essa equivalência só é possível a partir de certas convenções sócio-jurídicas que expressam (efetivam) o contexto da ação (interação). A linguagem como desempenho se expressa a partir de um agente empírico que, mediante certas condições, age no mundo por meio de atos de fala.

Em nosso entendimento, as condições mediante as quais se dá o desempenho lingüístico já figuram tanto na filosofia do pensador vienense quanto na

27 Cf. WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 22, § 23.

28 Cf. Idem. p. 37-38, § 53-54.

filosofia de Austin. Entendemos que, tanto para este último quanto para Wittgenstein, a linguagem necessita de vários falantes²⁹ sendo que este falante deve ter capacidades que possibilitem a efetividade da linguagem. Contudo, essas capacidades estão além do falante; são, em Wittgenstein, as formas de vida, e, em Austin, os pressupostos jurídico-sociais. Todo agente participa de várias formas de vida, mas não a tem sob seu controle. No que se refere aos atos de fala, as condições sócio-jurídicas fazem-se presentes para que o agente possa satisfazer sua intenção com o proferimento de alguma sentença. Entretanto, o falante não tem como exercer domínio sobre elas, porque são condições que estão além das possibilidades individuais, ou seja, não dependem exclusivamente do falante. Em Searle, tendemos a crer, o espaço dado por Wittgenstein à idéia de forma de vida e o espaço dado por Austin às condições sócio-jurídicas parecem ser ocupados pela hipótese do *Background*³⁰.

O ponto de partida do trabalho de Searle acerca da linguagem encontra-se na tentativa de elaborar uma “teoria geral” acerca do significado³¹. Com a concepção, bastante influenciada por Austin e Wittgenstein, de que a comunicação se dá a partir de certos elementos que transcendem a linguagem, o filósofo pretende esclarecer como a filosofia da linguagem se funda na filosofia da mente e, mais especificamente, como algumas características dos atos de fala se fundam na intencionalidade da mente. Em outras palavras, o esclarecimento do modo pelo qual nos comunicamos se dá pela explicitação das condições de possibilidade da significação no uso que fazemos da linguagem³².

Buscando esclarecer o modo pelo qual nos comunicamos, Searle apresenta cinco classes tipológicas que distinguem os usos que, na visão do filósofo, podemos fazer da linguagem. No seu entender:

Dizemos as pessoas como as coisas são (Assertivos), tentamos levá-las a fazer coisas (Diretivos), comprometemo-nos a fazer coisas (Compromissivos), expressamos nossos sentimentos e atitudes (Expressivos) e provocamos mudança

29 Em Wittgenstein, o jogo de linguagem emerge a partir de uma determinada forma de vida. O agente necessita ter as capacidades que lhe propiciam sua forma de vida para fazer uso da linguagem. Em Austin, a linguagem é possível enquanto ação a partir de pressupostos jurídico-sociais. O agente necessita ter a capacidade de trabalhar com tais pressupostos.

30 A idéia de Background é fundamental para a sustentação da filosofia da linguagem de Searle bem como para a sua teorização acerca da interação entre mente, linguagem e sociedade. Ter-se-á mais a dizer acerca desta idéia no próximo capítulo, que será inteiramente dedicado a estudá-la.

31 Cf. SEARLE, J. R. *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. Neste estudo, usamos a versão em língua portuguesa: *Expressão e Significado: Estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. IX.

32 Cf. SEARLE, J. R. *Expressão e Significado: Estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 224-225.

no mundo através de nossas emissões lingüísticas (Declarações)³³.

Essa classificação é realizada por Searle a partir da observação empírica, mas acaba sustentando-se em uma dedução trascendental. Por meio destas observações, o filósofo percebe que pode haver diferença entre o significado literal da sentença e o significado da emissão do falante. Essa diferenciação pressupõe que a emissão do falante trás consigo certo caráter intencional, sendo que esse último é justamente o que possibilita a diferença entre o significado literal da sentença e o significado da emissão do falante. O caráter intencional, presente no contexto de efetivação da diferença entre o significado da sentença e o significado pretendido pelo falante, aponta para a importância de uma explicação de como a mente propicia nossa relação com o mundo. Tal esclarecimento é buscado por Searle por meio da noção de intencionalidade. É pela intencionalidade que o sujeito da comunicação tem condições de suspender as pressuposições de uso padrão da linguagem, lançando a comunicação para um segundo plano de informações compartilhadas, possibilitando assim, por exemplo, atos de fala indiretos, expressões metafóricas e irônicas; é a intencionalidade que possibilita, por parte de um agente específico, o caráter pessoal de uso da linguagem.

Quando se dedica à intencionalidade, Searle está a buscar uma explicação do modo pelo qual impomos intencionalidade a entidades não intrinsecamente intencionais. Para isso, o filósofo apresenta os estados intencionais em sua estrutura, para depois explorar o alcance dessa estrutura no que se refere à percepção e à ação. Apresentados esses elementos (ação e percepção) em termos da intencionalidade, o autor aponta a dinâmica própria da causação intencional. Neste plano, Searle cita, pela primeira vez, a noção de *Background*. A partir de então, explicita-se na obra searleana uma postura epistemológica que se funda na interação entre mente, linguagem e sociedade.

Chegando à noção de *Background*, Searle parece acolher, direta ou indiretamente, a idéia wittgensteiniana de forma de vida. Cada forma de vida apresenta um *Background* distinto, pois o *Background* se efetiva a partir de elementos tanto biológicos quanto culturais. As capacidades, tendências e predisposições emergem da interação que a mente propicia entre o organismo e o mundo. As características próprias de cada interação são, pois, as características

33 Idem. p. X.

próprias de cada forma de vida.

Parece-nos possível aproximar a noção de forma de vida da noção de ato de fala ao menos na seguinte perspectiva: para que uma ação executada por um ato de fala possa realmente efetivar-se, necessitamos de uma série de elementos consensuais de caráter jurídico-sociais que, sob determinado prisma, expressam um modo de vida. Dentro de qualquer que seja a forma de vida, o sujeito tem na intencionalidade o “instrumento” pelo qual interage com o mundo. Tanto a noção de jogo de linguagem quanto a noção de ato de fala indicam uma perspectiva dialógica à linguagem. Searle percebe bem isso e busca, na noção de intencionalidade, um modo de fundamentar esse caráter dialógico da linguagem. A partir do momento em que o *Background* é reconhecido como o que torna possível qualquer forma de representação, é possível a interação entre a mente, a linguagem e a sociedade.

1.4 Uma epistemologia em construção

Searle tem sua obra marcada pela postura intelectual característica dos estudos desenvolvidos nos EUA a partir da segunda metade do século passado; todavia, o princípio de seu trabalho filosófico é em um ambiente cultural bastante distinto, notadamente, o contexto oxfordiano de meados do século passado. O filósofo esteve em Oxford de 1952 a 1959 e, nesse período, manteve estreito contato com os estudos lingüísticos que ali eram desenvolvidos. Justamente por isso, sua obra inicia-se com o tratamento de temas característicos de tal perspectiva de trabalho, perspectiva que trata com a linguagem a partir de um posicionamento humanístico. Em sua tese de doutoramento, defendida em 1959, Searle tenta fixar os conceitos de “sentido” e “referência” no marco de uma descrição dos atos de fala. Esse é, sem dúvida, o ponto inicial de sua tarefa filosófica.

A partir de seu retorno aos EUA (1960), o filósofo desenvolve estudos referentes aos atos de fala. No que se segue, há um deslocamento desde a filosofia da linguagem para a filosofia da mente chegando, por fim, à filosofia da sociedade. Ao longo deste movimento, alguns elementos conceituais vão se solidificando e outros passam do centro à periferia. As noções mais próximas aos estudos propriamente lingüísticos vão, pouco a pouco, dando espaço para conceitos como intencionalidade e *Background*. Este último, como veremos, acaba por consolidar-se

como base da postura epistemológica proposta por Searle, sendo esta construída ao longo do processo de maturação de sua reflexão filosófica.

A partir de agora, estaremos repassando a produção bibliográfica do filósofo com o propósito de apontar alguns elementos que, ao longo da construção de sua proposta epistemológica, foram se firmando como importantes marcos de referência para a intenção do autor de apresentar uma visão geral acerca de como os elementos do mundo se integram. Indicados tais marcos de referência, teremos claro o entorno teórico donde emerge a noção de *Background*.

Em 1960, já de volta aos EUA, Searle escreve *What is speech acts?*³⁴. Trata-se de um artigo onde o filósofo esclarece algumas questões sobre os atos de fala. Nele aparecem alguns elementos que estarão presentes ao longo de toda obra searleana. Primeiramente, podemos falar das “regras”, que já neste artigo são diferenciadas entre regras regulativas e regras constitutivas. A partir desta diferenciação, aparece a distinção entre fatos brutos e fatos institucionais. Além disso, implicitamente, percebemos a idéia de que, para a efetividade da linguagem, se faz necessário um conjunto de fatores que, nela mesma, não estão dados. São estes elementos – a diferenciação entre regras regulativas e regras constitutivas, a distinção entre fatos brutos e institucionais e, por fim, o fato de a linguagem não dar conta de efetivar-se por si só – que estarão presentes no decorrer da obra searleana e são eles mesmos que conduzirão à idéia de um fundo-base como o *Background*.

A primeira publicação da carreira editorial de Searle é *Speech Acts*³⁵ (1969). Nesta obra, Searle trabalha com temas referentes aos atos de fala, tentando explicitar elementos de uma teoria geral sobre os mesmos, sendo que, dentre outros temas, trata da significação, da referência, da predicação. Indicando a estrutura dos atos de fala, o autor pretende demonstrar que a enunciação de algo está sujeita às regras e, com isso, busca estabelecer quais são essas regras. Esse movimento, em busca das regras sob as quais está sujeita a enunciação, faz com que Searle perceba que a comunicação é o elemento fundamental da linguagem. Justamente por isso, centraliza o estudo na comunicação e não na significação.

Em decorrência disto, Searle situa a unidade mínima de comunicação

34 SEARLE, J. R. "What is a Speech Act?" *Philosophy in America*, Max Black (ed.), Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1965; London: Allen and Unwin, 1965.

35 SEARLE, J. R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. Neste estudo, usamos a versão em língua portuguesa: *Os Actos de Fala: um Ensaio de Filosofia da Linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

lingüística não na frase, mas em sua produção. Se a comunicação é fator importante, importa aclarar sua dinâmica, pelo que o projeto de Searle em *Os actos de fala* é explicitar as regras que governam o uso dos “marcadores de força ilocucionária”³⁶. Trata-se de um estudo bastante influenciado pelo tempo em que esteve em Oxford. Entretanto, não obstante ao caráter lingüístico, essa obra aponta para questões de certa complexidade no que se refere ao uso da linguagem.

Algumas dessas questões voltam a ser tratadas em 1979, dez anos após ter lançado seu *Os actos de fala*, quando Searle apresenta *Expressão e significado*³⁷. Nesta obra, constituída de ensaios, o filósofo pretende dar continuidade à linha de pesquisa iniciada na obra anterior. A idéia central é que tratando de temas como metáfora, ficção, atos de fala indiretos bem como classificando os atos de fala seria possível esboçar, a partir da adoção da comunicação como elemento central da linguagem, uma teoria geral do significado.

Referindo-se ao projeto desta teoria geral do significado, afirma Searle que “pretendia mostrar de que maneira a filosofia da linguagem se funda na filosofia da mente”³⁸. A essa altura de seu estudo acerca da linguagem, o filósofo almeja mostrar como algumas características dos atos de fala encontram apoio na intencionalidade da mente. Contudo, esse objetivo é postergado para outro livro, a saber, *Intencionalidade* (1983) – obra que em parte é escrita paralelamente à publicação de 1979, mas que foi publicada alguns anos depois.

Searle inicia *Expressão e significado* (1979) apresentando uma taxonomia dos atos de fala. Procura demonstrar que, ao se tomar o ato ilocucionário como unidade de análise, o mesmo estará obrigatoriamente ao menos dentro de uma das cinco categorias tipológicas: ou será assertivo, ou diretivo, ou compromissivo, ou expressivo, ou, por fim, declarativo. Após a apresentação dessa taxonomia, o filósofo trata dos atos de fala indiretos, apontando a um fator de grande importância para toda a reflexão vindoura, a saber, a distinção entre o significado literal da frase e o significado da emissão do falante. Tal distinção surge quando do estudo dos atos de fala indiretos e segue perpassando os ensaios até ser melhor descrita no momento em que Searle trabalha com temas como ficção e metáfora, casos

36 Força ilocucionária é uma noção que nasce com Frege, designando a força que um enunciado tem quando proferido. A força ilocucionária se diferencia do conteúdo proposicional, que é aquele que determina (na teoria dos atos de fala) as condições de satisfação do ato em questão.

37 SEARLE, J. R. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

38 Idem. p. IX.

especiais de uso da linguagem. A ficção é o caso de quando o falante, ao enunciar algo, não se compromete com as condições de verdade que, normalmente, estariam implícitas no que foi enunciado. No que se refere à metáfora, importa saber como o falante pode querer significar e comunicar coisas bem diferentes daquilo que as sentenças proferidas significam. A atenção a esses elementos característicos da ficção e da metáfora leva Searle a esclarecer o que ele entende por significado literal. Importa salientar que Searle posiciona-se contrário à existência de um significado em contexto zero, como se pode ler:

Defenderei a idéia de que, para as sentenças, não há um contexto Zero ou nulo de sua interpretação, e, no que concerne à nossa competência semântica, só entendemos o significado dessas sentenças sob o pano de fundo de um conjunto de suposições de base acerca dos contextos que elas poderiam ser apropriadamente emitidas³⁹.

Assim, percebe-se que Searle aponta para a característica dialógica da interlocução, é dizer, da relação necessária entre falante e ouvinte. Nessa relação, as conjecturas sobre o modo pelo qual o ouvinte recebe as mensagens intervêm continuamente no modo como o falante se utiliza da linguagem. Ao tratar de informações de base partilhadas pelos agentes envolvidos na comunicação, Searle aponta para a idéia de que a comunicação implica aptidão para a metacomunicação, sendo que esta última depende de algumas características da mente, principalmente da intencionalidade.

Ao perceber a importância de se ater a algumas características da mente, Searle aproxima-se do quadro onde se explicita claramente a necessidade de uma noção de suporte como o é a noção de *Background*. A metacomunicação⁴⁰ deve para estar além da comunicação, ser mesmo composta de elementos que são distintos dos elementos que constituem a comunicação: assim, Searle inicia o percurso que o conduz à noção de *Background*. O estudo dos atos de fala é, na trajetória filosófica de Searle, elemento importante para a construção de sua proposta epistemológica, pois há uma estreita relação entre semântica e epistemologia no processo de construção desta última quando do início do trabalho filosófico de Searle.

Em 1983, Searle apresenta uma reflexão acerca do modo pelo qual a mente

39 SEARLE, J. R.. Expressão e significado. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 184.

40 Aqui não utilizamos o termo "metacomunicação" com algum sentido em especial.

tem a capacidade de relacionar-nos com o mundo. Em *Intencionalidade*⁴¹, o filósofo procura explicitar como determinadas características dos atos de fala se fundam na intencionalidade da mente, pois acredita que “qualquer explicação completa da fala e da linguagem exige uma explicação de como a mente/cérebro relaciona o organismo à realidade”⁴². O autor apresenta-nos, então, as características da mente que são relevantes para a efetividade da linguagem, preocupando-se em elucidar o modo pelo qual temos a capacidade de atribuir intencionalidade a coisas que são intrinsecamente não intencionais. Nesta mesma obra, Searle dispõe-nos um estudo que se constitui numa investigação acerca da intencionalidade da ação e da percepção, o que leva ao entendimento da causação intencional.

Com esse entendimento, transparece a idéia de que a intencionalidade só se efetiva a partir de um *Background* de capacidades, tendências e predisposições, pois em toda a ação e em toda a percepção, o agente só pode atuar se munido de certas capacidades, tendências e predisposições. Num segundo momento de *Intencionalidade*, Searle reflete ainda sobre a distinção entre “intencionalidade” e “intensionalidade”, bem como trabalha com os temas “referência” e “significado” (agora se utilizando do aparato intencionalista). Por fim, o último capítulo de *Intencionalidade* é dedicado ao chamado problema mente-corpo, fato que, como logo adiante veremos, indica sua atenção a questões referentes à “mente”.

Importa notar que, nesta obra, Searle ultrapassa o limite da filosofia da linguagem, que era seu campo de trabalho até então. O autor se dedica àquilo que está além da linguagem, mas que é importante para que essa se efetive. O que eram, em *What is a speech acts?* (1960), suposições de base, e em *Expressão e significado* (1979), aptidões (necessárias) à comunicação, agora definem-se como um fundo de capacidades, tendências e predisposições: o *Background*.

Ao tratar da intencionalidade, procurando explicitar o modo pelo qual a mente suporta nossa relação com o mundo, Searle aproxima-se das discussões acerca do domínio do mental – questões próprias até então das ciências cognitivas. Isso faz com que apresente *Mente, cérebro e ciência*⁴³. Nesta obra, de 1984, discute a

41 SEARLE, J. R. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Neste estudo, usamos a versão em língua portuguesa: *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

42 Idem. p. VIII.

43 SEARLE, J. R. *Minds, Brains and Science*. The 1984 Reith Lectures, London: British Broadcasting Corporation, 1984; Penguin Books, 1989; Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985. Neste estudo, usamos a versão em língua portuguesa: *Mente, Cérebro e Ciência*. Lisboa: Edições 70, 1987.

possibilidade de computadores pensarem, o problema mente-corpo, as ciências cognitivas e a estrutura da ação humana entre outros temas. Trata-se de uma reunião de palestras que foram ao ar pela BBC alguns anos antes. No ano seguinte, em 1985, com Daniel Vanderveken, Searle apresenta *Foundations of Illocutionary Logic*⁴⁴, estudo, já anunciado na introdução de *Expressão e significado* (1979), que se volta a uma adequação da teoria dos atos de fala a partir da lógica moderna.

Em 1992, sete anos depois de *Intencionalidade*, o filósofo apresenta uma nova obra, *A redescoberta da mente*⁴⁵. Nessa, fixa-se mais no pensamento de outros autores do que propriamente no seu. Entretanto, isso não significa que essa obra tenha menor relevância, pelo contrário: ao criticar os programas vigentes em filosofia, Searle aponta claramente qual seu posicionamento. *A redescoberta da mente* inicia com a indicação do que Searle vê de errado com a filosofia da mente. Uma vez que assume o materialismo como principal corrente no atual estágio das pesquisas em filosofia da mente, posteriormente, enfatiza que o materialismo incorre no mesmo erro de seus antecessores. A partir daí, sempre discutindo posições alheias, abre caminho para apresentar a consciência como elemento base da condição humana. Assim sendo, discorre sobre esta última apresentando suas características e indicando o seu lugar na natureza. Deste modo, Searle explicita sua tendência naturalista adotando o naturalismo biológico⁴⁶ como ponto de partida, e afirmando que esse último é elemento relevante para qualquer teoria conseqüente acerca da consciência. Para salientar ainda mais seu descontentamento com os posicionamentos de cunho materialista, discute também a idéia de reducionismo aplicada à consciência, à qual é contrário.

Somente após este trabalho de preparação do domínio de discussão do problema é que Searle expressa, em seus termos, a relação entre consciência, intencionalidade e *Background*. Indicando alguns aspectos dessa relação, o filósofo segue no sentido de uma crítica da razão cognitiva bem como no sentido de apresentar algumas indicações do que seria importante para um estudo “sério” acerca da mente, pois não devemos dizer o que obviamente é falso bem como que devemos lembrar com freqüência o que sabemos com certeza além de nos

44 Idem; VANDERVEKEN, D. *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

45 SEARLE, J. R. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge, Mass.; London, England: MIT Press, A Bradford Book, 1992. Neste estudo, usamos a versão em língua portuguesa: *A Redescoberta da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

46 Já em *Intencionalidade*, Searle aponta, em alguns posicionamentos, para o naturalismo.

perguntarmos sempre o que, no mundo real, se presume que corresponda a afirmações que fazemos acerca da mente.

A partir do contexto de *A redescoberta da mente* (1992), focando-nos no objetivo de nosso estudo, devemos salientar que a noção de *Background*, nesta obra, parece-nos estar claramente apresentada, como elemento central, a discussão acerca da mente nos termos em que Searle a propõe. Sendo assim, com a publicação de *A redescoberta da mente* (1992), temos que, postulando a consciência como importante para a condição humana e defendendo sua irreduzibilidade, Searle assenta as bases para uma nova etapa: sua reflexão sobre a construção e manutenção da realidade social.

Esta nova etapa inicia-se quando o filósofo apresenta, em 1995, uma nova obra: *La construcción de la realidad social*. Nesta obra, fazendo uso das categorias lógico-linguísticas desenvolvidas no estudo da linguagem e da mente, procura explicitar o modo pelo qual é construída a realidade social a partir de elementos como a teoria dos atos de fala, da intencionalidade, da intencionalidade coletiva, da conduta governada por regras, dentre outros.

Fazendo uso dessas noções desenvolvidas até então, Searle apresenta as características fundamentais da realidade social. Esboçar o conjunto dessas características passa, obrigatoriamente, pela digressão sobre como são criados os fatos institucionais, sendo que ao apresentar o modo pelo qual o conjunto dos fatos institucionais é criado, explicita-se o quanto estão estreitamente ligadas a linguagem e a realidade social, a ponto de, nessa obra, Searle definir a linguagem como o conjunto de todos os fatos sociais. Assim, preparado o terreno, dedica-se propriamente a realidade social, apresentando sua estrutura lógica. É nesse contexto que reaparecem as regras constitutivas, que ganham espaço e importância como instrumento primordial para a análise da criação dos fatos sociais, pois é pelas funções de *status* que atribuímos funções a coisas que, meramente por sua constituição física, não as têm. Esse é o movimento elementar da construção da realidade social, sendo que esse se efetiva sempre a partir de regras constitutivas dadas pela forma geral “X conta com Y no contexto C”.

Depois de apresentar, na primeira parte de *La construcción de la realidad social*, a estrutura lógica da realidade social, Searle passa a tratar da criação, manutenção e hierarquia dos fatos institucionais. A criação e a manutenção dos

fatos institucionais se dão, preponderantemente, na e pela linguagem. Sendo assim, é necessária uma relação dos fatos sociais com a intencionalidade da mente e, por consequência, com o *Background*. Justamente por isso, Searle dedica um capítulo de *La construcción de la realidad social* a explorar as capacidades de *Background* e sua relação com a explicação dos fenômenos sociais.

La construcción de la realidad social terminaria com a explicitação da relação entre *Background* e os fatos institucionais; porém, Searle apresenta ainda mais três capítulos. Em dois deles, o tema central é o realismo, que Searle defende não ser uma teoria, mas sim uma pressuposição de base. Em outro, trata de defender sua versão da noção de verdade por correspondência.

Paralelamente às discussões a respeito da realidade social, Searle apresenta, em 1997, uma outra obra, *O mistério da consciência*⁴⁷. Nela, o filósofo discute com eminentes pensadores⁴⁸ da área suas posições sobre a consciência. Defende a subjetividade, expressa na consciência, como elemento que não pode ser deixado à margem quando se discute o domínio do mental. A tentativa de Searle é mostrar que não existe um mistério da consciência, mas sim um problema da consciência. Sendo um problema, é possível que venha a ser solucionado, ou seja, que venhamos a conhecer os fenômenos da consciência com mais propriedade em relação ao conhecimento que agora temos. O filósofo trabalha, nesta obra, na linha indicada em *A redescoberta da mente* (1992).

Depois de quase quatro décadas tratando de temas em princípio tão dispares, em 1998, Searle apresenta uma visão geral de sua filosofia em *Mente, linguagem e sociedade*. Trata de apontar como estão ligados os vários temas que tratou ao longo de sua trajetória filosófica. O filósofo abre a introdução do livro com a seguinte frase:

Qualquer pessoa que escreva livros sobre temas variados deve, em algum momento, sentir a necessidade de escrever um livro que explique como os vários temas se relacionam entre si. Como tudo funciona de forma coerente? Esse é um desses livros⁴⁹.

Assim, assumindo a tarefa de apresentar uma visão geral coerente, Searle parte da apresentação da visão geral de mundo, comumente aceita – visão esta que versa sobre a realidade e sua inteligibilidade. A idéia central é que a física, a química

47 SEARLE, J. R. *The Mystery of Consciousness*. New York: A New York Review Book, 1997; London: Granta Books, 1997. Neste estudo, usamos a versão em língua portuguesa: *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

48 Dennett e Chalmers, entre outros.

49 SEARLE, J. R. *Mente, linguagem e sociedade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. I.

e as demais ciências naturais são os meios mais eficazes para dizer como o mundo é. Depois dessa apresentação, Searle procura demonstrar como a mente pode emergir, enquanto fenômeno biológico, das características básicas do universo. A partir desse ponto, o filósofo apresenta a consciência como um elemento importante para nossa concepção de mente. A consciência é a “essência” da mente, que tem na dinâmica intencional a explicação de seu funcionamento.

Tendo a consciência como fenômeno essencial e a intencionalidade como dinâmica de funcionamento, a mente pode construir uma realidade social. O modo como a mente o faz é tema para o penúltimo capítulo de *Mente, linguagem e sociedade*. No último, Searle discorre a respeito do funcionamento da linguagem, indicando a fala como uma ação humana. O último tópico desse capítulo denomina-se “regras constitutivas e simbolismo”. De certa forma, há um retorno as origens, aos temas que iniciaram essa trajetória; todavia, agora com a discussão mais elaborada e indicando algumas decorrências para a epistemologia.

Depois dessa obra – *Mente, linguagem e sociedade* (1998) – o filósofo ainda apresenta mais seis trabalhos: *Rationality in Action*⁵⁰ (2001), *Conversations with John Searle*⁵¹, com Gustavo Feigenbaum (2001), *La Universidad Desafiada, el Ataque Postmodernista en las Humanidades y las Ciencias Sociales*⁵² (2002), *Consciousness and Language*⁵³ (2002), *Liberte et Neurobiologie*⁵⁴ (2004) e *Mind, a Brief Introduction* (2004)⁵⁵.

Na primeira obra, Searle reflete sobre o livre arbítrio, apontando alguns limites à noção tradicional de racionalidade e sugerindo uma nova concepção, a qual está baseada nos elementos conceituais que constituem seu pensamento: intencionalidade, consciência, *Background* e outros. A segunda obra se compõe de uma longa entrevista concedida a Gustavo Feigenbaum. Nela, Searle refere-se a temas como sua biografia intelectual, filosofia da mente, filosofia da linguagem, além

50 Idem. *Rationality in Action*. Cambridge, MA: MIT Press 2001. Neste estudo, usamos a versão em língua espanhola: *Razones para actuar*. Oviedo: Ediciones Nobel, 2000.

51 SEARLE, J. R.; FAIGENBAUM, G. *Filosofia y Teoría Social, Conversaciones con John Searle*. (online publication) Buenos Aires: www.librosenred.com, 2001. Neste estudo, usamos a versão impressa em língua espanhola: *Conversaciones con John Searle*. Libros En Red, Print on Demand, 2001.

52 Idem. *La Universidad Desafiada, el Ataque Postmodernista en las Humanidades y las Ciencias Sociales*. Edison Otero B. (ed.), Universidad Central de Chile: Bravo y Allende Editores, 2002.

53 Idem. *Consciousness and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

54 Idem. *Liberte et Neurobiologie*. Paris: Bernard Grasset, 2004. Neste estudo, usamos a versão em língua espanhola: *Liberdad y neurobiología*, Barcelona: Paidós, 2005.

55 Idem. *Mind: a Brief Introduction*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004. Searle ainda apresenta *The Campus War*. Uma reflexão sobre o movimento estudantil em Berkeley. SEARLE, J. R. *The Campus War*. New York: The World Publishing, 1971.

de explorar o movimento desde a ontologia até a ciência política e também as perspectivas futuras da filosofia.

A obra *La Universidad Desafiada* apresenta uma reflexão sobre os limites existentes atualmente no ensino superior, especificamente o norte-americano. Também é um estudo que se baseia nas categorias epistemológicas desenvolvidas ao longo da maturação de seu pensamento. Por outro lado, *Consciousness and Language* é uma coletânea de artigos referentes a consciência e linguagem. Trata de aspectos específicos da obra geral a que Searle se propõe, tornando-se importante na medida em que explora o alcance de certos posicionamentos tomados do em momentos anteriores.

As duas últimas obras indicam o caminho atualmente tomado pelo filósofo: tratam da neurobiologia e da mente, principalmente da consciência. Em *Liberte et Neurobiologie*, a relação entre neurobiologia e temas como determinismo e liberdade é explorada a partir de uma perspectiva própria ao pensamento de Searle, a saber, o anti-reducionismo. Já em *Mind: a Brief Introduction*, apresenta um manual que visa a indicar aquilo que para Searle é patente no século XX: que o estudo da mente andou por caminhos não produtivos e que terá êxito quando tratar a mente como algo do próprio cérebro, mas sem negar a possibilidade dela ter características subjetivas.

Há, ao longo do desenvolvimento da filosofia de Searle, um tratamento mais aprofundado de algumas questões que não são originais, ou seja, o filósofo leva adiante alguns trabalhos de seus predecessores; sendo a linguagem, em princípio, o tema mais claramente desenvolvido pelo filósofo norte-americano sob a influência de Wittgenstein e Austin, dentre outros. Contudo, surge certa originalidade no modo como o faz. Primeiramente, podemos citar sua aproximação com a ciência, quiçá a mais marcante influência da filosofia desenvolvida na segunda metade do século passado, nos EUA, em seu pensamento; também sua postura frente ao tema do significado, que o leva à noção de intencionalidade, apresenta alguns elementos de originalidade na medida em que explora um conjunto maior de fatores relacionados com a noção de ato de fala, dentre eles a ação e a percepção. Além disso, o uso que Searle faz da noção de ato de fala no estudo da construção e manutenção da realidade social também surge como uma nova perspectiva que se demonstra completamente distinta da sociologia tradicional. Por fim, mesmo que antiga, a discussão sobre a consciência apresenta, pela negação tanto do dualismo como do

materialismo, certa originalidade ao apostar no naturalismo biológico sem abrir mão da subjetividade.

O conjunto dessas características originais do pensamento filosófico de Searle propõe que busquemos o entendimento a respeito do mundo a partir da interação entre três categorias lógico-lingüísticas: a mente, a linguagem e a sociedade. Além disso, segundo a hipótese de trabalho que adotamos nesse estudo, o pensamento de Searle leva-nos a ter na noção de *Background* o elo de sustentação da interação entre essas três categorias.

Sendo assim, esse percurso que realizamos, desde uma breve exposição do autor, passando pelas influências que mais acederam sobre seu pensamento e por suas obras pretende ser uma localização deste pensador bem como a indicação do contexto donde emerge a noção de *Background*, foco principal de nosso estudo. No capítulo seguinte, após apresentarmos alguns aspectos importantes do entorno à noção de um fundo de base – pelo trato de alguns elementos que efetivam a noção de intencionalidade –, estaremos tratando especificamente da noção de *Background*. No terceiro capítulo, fazendo uso do que expomos nos dois primeiros, procuramos apresentar de que modo a noção de *Background* está presente no entendimento de Searle acerca da mente, da linguagem e da sociedade.

2 A NOÇÃO DE *BACKGROUND*: FUNDAMENTO DA EPISTEMOLOGIA DE JOHN SEARLE

A partir de seus estudos em Oxford, bem como das influências sobre o início de seu pensamento, principalmente Wittgenstein e Austin, Searle procura explorar o conjunto de percepções referentes à linguagem que o leva a entendê-la como uma ação. É desse exercício que nascem as primeiras intuições sobre o *Background*.

A percepção da linguagem como ação, característica da concepção de linguagem implícita na noção de ato de fala, conduz ao trato de questões referentes à mente e à sociedade. Uma decorrência desta tendência a temas referentes à mente e à sociedade é o fato de a noção de intencionalidade adquirir importância, pois é por meio desta noção que o filósofo procura explicar o modo pelo qual a mente funciona, bem como o modo pelo qual coisas intrinsecamente não representativas podem passar a representar. O funcionamento da mente e a capacidade de representação que coisas intrinsecamente não representacionais têm levam Searle a perceber a existência de algo mais elementar – elementar no sentido de ser base, suporte – que sustente a efetividade da intencionalidade, notadamente, o que vai constituir a noção de *Background*. Assim, no que se segue, exploraremos a noção de intencionalidade e, na sequência, explicitaremos, pela apresentação de suas notas características, o que Searle entende por *Background*. Não podemos, segundo nossa compreensão, buscar um entendimento da noção de *Background* sem ter em consideração o papel desenvolvido pela noção de intencionalidade no conjunto da obra filosófica de Searle. A dinâmica intencional é, uma vez que Searle a indica como o modo pelo qual a mente funciona, o fenômeno que mais nos auxilia no entendimento do que o filósofo entende por *Background*.

2.1 Aproximações ao tema: intencionalidade como direcionalidade

A noção de intencionalidade, pela função que desempenha no funcionamento da mente, é um elemento importante para o contexto de efetivação do *Background*. Mas o que precisamente entende Searle por “intencionalidade”? O filósofo inicia sua apresentação desta noção com uma metáfora, pela qual compara intencionalidade

com “direcionalidade”. Com isso, quer indicar que “Intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de objetos e estados de coisas no mundo”⁵⁶. A função da intencionalidade é sustentar o funcionamento “mecânico” da mente. Por meio desta noção, Searle pretende explicar como é possível que mantenhamos relações com as coisas. Em *Intencionalidade* (1983), o filósofo dedica um capítulo a discutir a intencionalidade da percepção e outro para investigar a intencionalidade da ação – notadamente as ações básicas no que se refere a nossa relação com o mundo.

Visto que esta apresentação pode dar margens a alguns equívocos de interpretação, Searle mostra quatro características próprias de sua concepção de intencionalidade – características essas que fazem que o uso dado pelo filósofo ao termo seja distinto do uso corrente na tradição filosófica (como por exemplo, o uso desta noção pela fenomenologia de Husserl), o que confere certa originalidade a noção de intencionalidade como a utiliza Searle.

Primeira: Nem todos os estados mentais apresentam intencionalidade, afirma Searle⁵⁷. Desejos e crenças são intencionais, entretanto nervosismo e exaltação, se não direcionados, não o são. Existe um modo pelo qual podemos identificar se o estado é intencional ou não, pois “se um estado *E* é intencional, deve haver uma resposta para perguntas como: A que se refere *E*? Em que consiste *E*? O que é um *E* tal que?”⁵⁸. Se há algo que responda estas questões, o estado é intencional, caso contrário, não o é.

Segunda: Não são a mesma coisa intencionalidade e consciência, pois:

Muitos estados conscientes não são intencionais – por exemplo, um sentimento súbito de exaltação – e muitos estados intencionais não são conscientes – por exemplo, tenho muitas crenças sobre as quais não estou pensando no momento e nas quais posso nunca ter pensado⁵⁹.

Existe, mesmo que se sobreponham na maioria dos casos, uma distinção entre os estados intencionais e os estados conscientes⁶⁰. A mente pode estar

56 SEARLE., J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 1.

57 Cf. Idem. p. 2.

58 Idem.

59 Idem. p. 2-3.

60 Como veremos mais adiante, Searle mudará um pouco seu posicionamento em relação a este ponto. Como para o que especificamente agora nos propomos não há diferença, seguimos adiante nos dando o direito de explorar essa revisão, feita pelo filósofo, no capítulo seguinte.

“trabalhando” no sentido de levar o corpo a contrair, num dia de frio, a musculatura para que se mantenha nas regiões dos órgãos vitais a temperatura necessária. Nesta atividade, a mente está executando a sua função de relacionar o corpo com o mundo, ou seja, com algo que não seja ele mesmo – tendo assim um caráter de direcionalidade. Contudo, podemos ter (e geralmente é assim) todo esse processo de defesa efetivado sem que tenhamos consciência dele.

Terceira: As “intenções” (no sentido em que é empregado o termo em situações como a descrita pela sentença “Tenho a intenção de ir a João Pessoa”), embora a semelhança dos termos possa levar-nos a entender o contrário, não gozam de estatuto especial no que se refere à intencionalidade, pois “Intencionalidade é direcionalidade; ter a intenção de fazer algo é apenas uma forma de intencionalidade entre outras”⁶¹.

Quarta: A idéia de que crenças e desejos têm, de algum modo, intenção, para Searle⁶², é confusa. Não há, na crença, mais do que uma crença e, num desejo, mais do que um desejo, pois não há ligação entre um estado intencional qualquer e um verbo correspondente, conforme podemos ler:

Em meu estudo, os termos “Intencionalidade” e “Intencional” ocorrerão nessas formas substantiva e adjetiva, e me referirei a certos estados e eventos mentais como tendo Intencionalidade ou sendo Intencionais, mas sem nenhum sentido associado a algum verbo correspondente⁶³.

Após indicar as características de seu entendimento a respeito da noção de intencionalidade, Searle faz questão de salientar, a fim de não suscitar equívocos acerca de sua teorização, que a intencionalidade não pode ser vista como uma relação ordinária, onde o simples fato de nos dirigimos a algo nos leva a aceitar que a coisa à qual nos dirigimos exista. Isso ocorre porque, quanto à intencionalidade, o fato de haver um direcionamento a algo não garante a existência mesma deste objeto – objeto intencional⁶⁴. Essa dinâmica de não implicação ontológica ao objeto intencional indica uma característica bastante importante dos estados intencionais: a distinção entre o tipo de um estado intencional e o conteúdo deste mesmo estado.

2.1.1 Estado intencional: tipo, conteúdo e direção de adequação

61 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 4.

62 Cf. Idem. p. 5.

63 Idem.

64 “Chamar uma coisa de objeto Intencional é apenas dizer a que se refere um estado Intencional qualquer”. Idem. p. 22.

Em *Intencionalidade*, ao expor o que entende por estado intencional, Searle afirma que “é característico dos estados Intencionais, da maneira como emprego essa noção, haver uma distinção entre o estado e aquilo a que esse estado está direcionado”⁶⁵. Podemos falar, então, em tipo de estado intencional e também do conteúdo de um estado intencional.

Para Searle, um estado intencional é um conteúdo intencional em um modo psicológico⁶⁶. Constituído de tal forma, o estado intencional pode ser, formalmente, expresso do seguinte modo: "S(r)", onde "S" designa o modo psicológico e "r" o conteúdo intencional.

Assim, as sentenças abaixo expressam estados intencionais.

- 1- Acredita (que esteja chovendo).
- 2- Deseja (que esteja chovendo).
- 3- Satisfeito (que esteja chovendo).

Três são os modos psicológicos, a saber, "crença", "desejo" e "satisfação", onde se insere o conteúdo intencional "que esteja chovendo". Vários modos psicológicos podem abrigar o mesmo conteúdo intencional; não obstante, o mesmo modo psicológico pode abrigar distintos conteúdos intencionais:

- 4- Satisfeito (que esteja no cinema).
- 5- Satisfeito (que esteja saudável).
- 6- Satisfeito (que esteja descansando).

No mesmo modo psicológico se inserem distintos conteúdos Intencionais, a saber, “que esteja no cinema”, “que esteja saudável” e “que esteja descansando”, sendo que ainda existe a possibilidade de se inserir em outros tantos.

Quanto ao *conteúdo intencional*, notamos que, quando há direção de adequação, o conteúdo intencional é a expressão de com o que está se relacionando o portador do estado intencional. Quando não há uma direção de adequação – caso de amar, odiar – o conteúdo intencional não é “dado” por uma

65 SEARLE., J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 3.

66 Cf. *Idem*. p. 14.

proposição completa⁶⁷.

Searle faz a seguinte distinção

Talvez fosse mais adequado restringir a expressão “conteúdo proposicional” aos estados lingüisticamente realizados e empregar as expressões “conteúdo representativo” ou “conteúdo Intencional” como expressões mais gerais, a fim de incluir tanto os estados lingüisticamente realizados quanto os que não são realizados na linguagem. Porém, uma vez que precisamos distinguir também entre estados tais como a crença, cujo conteúdo deve ser exprimível como uma proposição completa, e estados como o amor e o ódio, cujo conteúdo não é necessariamente uma proposição completa, continuarei também usando a noção de conteúdo proposicional para os estados Intencionais, para assinalar os estados que levam como conteúdo proposições inteiras, seja ou não este estado lingüisticamente realizado⁶⁸.

O *modo psicológico*⁶⁹ indica a direção de adequação do estado intencional. É por meio deste que podemos perceber como devemos proceder no que se refere à adequação do estado intencional.

A direção de adequação é a expressão da dinamicidade do estado Intencional⁷⁰. Temos direção de adequação mente-mundo, mundo-mente ou nula:

Mente-mundo: é o caso de “Acredita (que esteja chovendo)”. A direção é mente-mundo porque, nesse caso, é a mente que deve se adequar ao mundo. Caso não exista a adequação, o equívoco está na mente e não no mundo – caso em que a crença não corresponde à realidade. Ao acreditarmos que esteja chovendo, temos uma situação em que nossa crença pode ser fundamentada – no caso de estar chovendo – ou não fundamentada – no caso de não estar chovendo. A mente deve adequar-se ao mundo para que o estado intencional seja satisfeito.

Mundo-mente: é o caso de “Deseja (que esteja chovendo)”. A inadequação surge quando o mundo não se dá como prevê a mente. Desejamos que esteja chovendo: a adequação acontece se chove; se não é o caso que chova, temos inadequação do mundo ao nosso desejo. O estado intencional vai ser satisfeito se, e

67 “É importante sublinhar que nem todos os estados Intencionais têm uma proposição inteira como conteúdo Intencional, embora por definição todos os estados Intencionais tenham pelo menos algum conteúdo representativo, seja ele uma proposição completa ou não”. Cf. SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 9.

68 Idem. p. 9.

69 Modo psicológico é um conceito importante para que se possa explicar a possibilidade de existência de instituições. É pelo modo psicológico que o sujeito cognitivo pode expressar seu “Background”. O modo psicológico foge à razão, foge à inteligibilidade. Nós o temos, e é tudo. Em termos racionais (lógicos), podemos trabalhar como conteúdo Intencional, mas não como modo psicológico. Assim, por meio deste conceito, Searle abre o leque de estudo do conhecimento, abrigando, sem se desfazer de sua característica de sistematização, aspectos refutados (inaceitáveis) na tendência formalista. O modo psicológico vem a ser um conceito importante para que tenhamos nas discussões epistemológicas aspectos que Frege havia renegado quando da reflexão acerca do conteúdo proposicional e a necessidade de sua clara delimitação para que fosse possível a lógica de primeira ordem.

70 A direção de adequação, quando mente-mundo, remete a fatos que independem do estado intencional em questão para existirem. Mas, com isso, não necessariamente que sejam fatos brutos. Posso ter uma descrição de um fato institucional; quando mundo-mente, remete a fatos dependentes do enunciado para existirem, então, obrigatoriamente, trata-se de fatos institucionais.

somente se, o mundo adequar-se à mente.

Nula: é o caso de “Satisfeito (que esteja chovendo)”, “Satisfeito (que esteja no cinema)”, “Satisfeito (que esteja saudável)” e “Satisfeito (que esteja descansando)”. Estar satisfeito é já estar satisfeito. Embora este estado, exemplificando com “Satisfeito (que esteja chovendo)”, pressuponha que esteja chovendo (crença) e pressuponha o desejo que esteja chovendo, o estado mesmo não apresenta, como o fazem os estados pressupostos, uma direção de adequação efetiva, por isso, no que se refere à adequação, se indica a direção de adequação como nula. No caso de “Acredita (que esteja chovendo)” e “Deseja (que esteja chovendo)” tem-se estados intencionais que serão satisfeitos se, e somente se, “esteja chovendo”. A noção de condição de satisfação⁷¹ surge da idéia de adequação. A satisfação ocorre de fato somente quando há adequação. Nas palavras de Searle:

Minha crença será satisfeita se, e somente se, as coisas forem tais como acredito que sejam, meus desejos serão satisfeitos se, e somente se, forem realizados, minhas intenções serão satisfeitas se, e somente se, forem levadas a cabo.⁷²

Searle indica que as “condições de satisfação são as condições que, tal como determinadas pelo conteúdo intencional em um modo psicológico, devem ser alcançadas para que o estado seja satisfeito”⁷³. Assim, por exemplo, se temos a crença de que o Brasil vai ser novamente campeão mundial, existem algumas condições para que essa crença seja fundamentada. No caso, nossa crença procede se o Brasil realmente for novamente campeão mundial.

Tendo em vista que “os estados intencionais com conteúdo intencional podem corresponder ou não com a realidade, e o modo pelo qual supomos que corresponde com a realidade está determinado pelo modo psicológico”⁷⁴, existem algumas condições para que um estado intencional aconteça. Essas condições são precisamente as condições de satisfação deste.

2.1.2 Causação Intencional e auto-referencialidade

Para Searle⁷⁵, a tradição vê de modo errôneo a causação. Segundo o filósofo, não é coerente a classificação da causação em causa final, material, formal. Existe

71 “Condições de satisfação são as condições que, tal como determinadas pelo conteúdo Intencional, devem ser alcançadas para que o estado seja satisfeito”. Cf. SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 17.

72 Idem. p. 14.

73 Cf. Idem. p. 17.

74 Tradução nossa, cf. SEARLE, J. R. Razones para actuar, 2000. p. 55

75 Cf. SEARLE, J. R. Razones para actuar, 2000. p. 59-64.

somente a causa eficiente. Searle adverte, porém, que há uma subclasse, a da causação mental. São os casos em que algo causa um determinado estado mental ou um estado mental causa algo distinto dele mesmo. Dentro desta subclasse, há uma outra: a da causação Intencional.

A causação intencional é qualquer relação causal entre um estado intencional e qualquer outro fenômeno em virtude da qual o estado intencional causa aquilo que representa, ou aquilo que representa o estado intencional causa o próprio estado intencional⁷⁶.

Uma vez que seja o caso que desejamos tomar vinho e o façamos para satisfazer esse desejo, temos causação intencional. Nosso estado intencional de desejo tem como conteúdo “beber vinho” e esse desejo causa, então, que seja o caso que “bebamos vinho”. Num outro exemplo, quando vemos que o livro está sobre a mesa, o fato mesmo de o livro estar sobre a mesa é que causa o estado intencional de “ver o livro sobre a mesa”. Parte das condições de satisfação é que o conteúdo intencional tenha causado o estado intencional. Para que nosso estado intencional de percepção seja satisfeito é necessário que o livro esteja sobre a mesa, mas é necessário também que o fato de o livro estar sobre a mesa cause o estado intencional de percepção de que o livro está sobre a mesa – caso contrário não poderia ser satisfeito, pois seria uma ilusão de óptica, dentre outras coisas possíveis. Assim a mente coloca-nos em relação com o mundo. Todavia, ainda podemos ver essa relação entre organismo e mundo atentando para um outro nível de reflexão, a saber, da intencionalidade intrínseca, derivada e coletiva.

2.1.3 Intencionalidade intrínseca e intencionalidade derivada

Existem coisas no mundo que são dirigidas a alguma coisa que não elas mesmas. Um claro exemplo é um mapa: o mapa remete a algo que não ele mesmo. Há neste caso também a presença da intencionalidade, a presença de uma espécie de direcionalidade. Searle sustenta⁷⁷ que há a intencionalidade intrínseca à mente e que há, também, a intencionalidade que é derivada da mente.

Tenho falado sobre a intencionalidade da mente humana. Porém, há descrições intencionais a coisas distintas da mente que são literalmente verdadeiras, casos em que a intencionalidade depende da intencionalidade da mente, que é intrínseca ou independente do observador⁷⁸.

76 Tradução nossa, cf. Idem. p. 60.

77 Cf. Idem. p. 72-73.

78 Tradução nossa, cf. SEARLE, J. R. Razones para actuar, 2000. p. 72.

O caso da linguagem é um caso paradigmático. Uma sentença como “Quero ir ao cinema” nos remete a meu estado intencional de querer. A intencionalidade do meu estado intencional é intrínseca no sentido de que em nada depende de fatores externos para ser do modo que é. Já a sentença tem intencionalidade derivada, pois a Intencionalidade da sentença depende da intencionalidade intrínseca da mente para existir. Assim, somos levados a perceber que a intencionalidade intrínseca à mente é que possibilita a existência da intencionalidade derivada. Todavia, conforme indica Searle, há um pseudo tipo de intencionalidade: “há uma terceira forma de descrições intencionais que não é independente do observador nem relativa ao observado, por que não é literal em absoluto. (...) Não se trata de um terceiro gênero de intencionalidade que estou descrevendo”⁷⁹. Além da diferenciação entre intencionalidade intrínseca e derivada, temos ainda a diferenciação entre intencionalidade individual e coletiva. A intencionalidade individual é expressa por meio da primeira pessoa do singular; a intencionalidade coletiva é expressa por meio da primeira pessoa do plural. Assim, por exemplo, “eu creio” designa o modo psicológico de um estado intencional individual enquanto “nós cremos” designa o modo psicológico de um estado intencional coletivo. Searle afirma que “muitas espécies animais, a nossa claramente, possui uma capacidade para a intencionalidade coletiva”⁸⁰. Trata-se de um fenômeno normal da vida mental de organismos vivos complexos a capacidade de coletivamente efetivarem vivências intencionais justamente pela intencionalidade coletiva. Afirma Searle: “lo que quiero decir con esto es que no sólo se comprometen en una conducta cooperativa, sino que comparten también estados tales como creencias, deseos e intenciones”⁸¹.

Podemos exemplificar a diferença entre intencionalidade individual e intencionalidade coletiva do seguinte modo: suponha que dez adolescentes, sem terem contato ou se conhecerem, tenham acessado uma sala de bate-papo, de um *site* qualquer, que tenha como tema a “música *pop*” e por horas conversaram acerca deste tema, sendo que no fim da conversação combinaram, com a aceitação de todos, que se encontrariam neste mesmo espaço (sala de bate-papo) em determinada data em certo horário – o que veio realmente a ocorrer. No primeiro acesso, temos um caso de intencionalidade individual; no segundo, um caso de

79 Tradução nossa, cf. Idem. p. 73.

80 Tradução nossa, cf. Idem. p. 41.

81 Idem. La construcción de la realidad social, 1997. p. 41.

intencionalidade coletiva, pois, nesse caso, existe um espectro de coletividade que no primeiro não há. No primeiro momento, um adolescente entrou em uma sala de bate-papo, no segundo momento o grupo, mesmo que a partir do ato de cada um dos adolescentes, entrou em uma sala de bate-papo. Searle afirma que “o elemento crucial da intencionalidade coletiva é um sentido de fazer (desejar, crer, etc.) algo juntos, e a intencionalidade individual que cada uma das pessoas têm *deriva* da intencionalidade coletiva que todos partilham”⁸².

Tanto a diferenciação entre intencionalidade individual e intencionalidade coletiva quanto a diferenciação entre intencionalidade intrínseca e intencionalidade derivada, bem como a estrutura do estado intencional dada pela relação entre tipo e conteúdo deste, caracterizam-se como elementos importantes para que a noção de *Background* possa efetivar-se como elo possibilitador da interação entre a mente, a linguagem e a sociedade. No que se segue, apresentamos as notas características deste conjunto de capacidades, tendências e predisposições de base para, no terceiro capítulo, explorarmos a relação do *Background* com a mente, com a linguagem e com a sociedade.

2.2 *Background*: uma noção em construção

Toda a dinâmica própria a intencionalidade, afirma Searle⁸³, se sustenta a partir de um *Background* que, por definição, é pré-intencional.

A tese do *Background* é simplesmente esta: os fenômenos intencionais como significados, entendimentos, interpretações, crenças, desejos e experiências só funcionam dentro de um conjunto de capacidades de *Background* que não são, elas mesmas, intencionais⁸⁴.

Para chegar a essa conclusão, o filósofo desenvolve um estudo que se inicia com a reflexão a respeito dos atos de fala e, ao fim, abrange alguns elementos presentes nas discussões próprias da filosofia da mente. Desde “*What is speech acts?*”⁸⁵, Searle indica algumas características do sujeito cognitivo. Em “*Os Actos de fala*”⁸⁶ e “*Expressão e significado*”⁸⁷, tais características se apresentam

82 Tradução nossa, cf. SEARLE, J.R. *La construcción de la realidad social*, 1997. p. 42.

83 Cf. Idem. *A redescoberta da mente*, 1997. p. 250.

84 Idem.

85 “What is a Speech Act?” *Philosophy in America*, Max Black (ed.), Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1965; London: Allen and Unwin, 1965.

86 SEARLE, J. R. *Os actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.

87 Idem. *Expressão e significado*, 1995. p. XV.

explicitamente. Assim, a fim de sustentar seus posicionamentos acerca da linguagem, o filósofo trata do modo pelo qual o sujeito cognitivo se relaciona com o mundo: apresenta a noção de “intencionalidade” como a capacidade que a mente tem de fazer com que nos relacionemos com o mundo – sendo que a extensão do termo “mundo”, no sentido que aqui empregamos, abriga tudo o que pode ser, pelo sujeito, conhecido.

Em seu estudo referente à intencionalidade, como também no estudo referente à linguagem, o objetivo é apresentar as condições de possibilidade dos fenômenos em questão: no caso dos atos de fala (donde surge, então, o estudo do conjunto de regras, tanto preparatórias e de conteúdo proposicional quanto de sinceridade e essenciais) o objetivo é apresentar o que é necessário para a efetivação da comunicação e, no que se refere aos estados intencionais, o objetivo é apresentar o que é necessário para a efetivação de nosso contexto relacional que se efetiva com características intencionais.

Tendo em vista que visa a apresentar uma compreensão geral coerente sobre o mundo, ao procurar apresentar as condições de possibilidade da linguagem e as condições de possibilidade do contexto intencional, Searle percebe que é necessário explicitar como a estrutura de pensamento que desenvolveu até então está em concordância com o conhecimento científico acumulado até o momento. O filósofo busca suprir essa necessidade por meio de algumas reflexões referentes à nossa capacidade de uso intencional da linguagem em termos da filosofia da mente. Com este objetivo, de explorar o domínio de discussões filosóficas acerca da mente, Searle se dedica a expor mais detalhadamente o que entende por *Background*.

A seguir, estaremos mostrando as notas características desta noção. Iniciamos apresentando como se faz visível a necessidade de algo como o *Background*, para que seja possível a significação. Posteriormente, atentamos para a apresentação que o filósofo faz do que seria uma “geografia mínima” da noção de *Background* para depois apresentar os argumentos em defesa da idéia de uma base de capacidades, tendências e predisposições. Assentadas as bases da reflexão referente a noção *Background*, passaremos a indicar alguns elementos da relação deste com a mente, tentando demonstrar de que modo podemos entendê-lo como mental. Por fim, apresentaremos algumas interações da noção de *Background* com

a noção de *Network*.

2.2.1 *Background* e significado

Searle, quando afirma ser contra a posição pela qual o significado literal de uma sentença é aquele que surge em um contexto nulo – contexto em que nenhum elemento de cunho pragmático esteja presente –, adverte que “a noção de significado literal só se aplica a uma base de pressupostos e práticas que não são, elas próprias, representadas como parte do significado literal”⁸⁸. Podemos perceber, então, que já no contexto de estudo da linguagem surge a necessidade de lançar mão de uma *base* que suporte o entendimento da sentença específica pela qual se efetiva a comunicação.

O filósofo percebe que a linguagem necessita de apoio em algo que não está nela mesma contemplado:

Não teremos uma teoria adequada à referência lingüística até podermos mostrar como uma tal teoria faz parte de uma teoria geral da Intencionalidade, de uma teoria acerca do modo como a mente se relaciona com objetos do mundo em geral⁸⁹.

Convém lembrar que esta idéia presente na introdução de sua obra *Expressão e significado* (1979) já menciona a teoria da intencionalidade pelo fato de que tal teoria esteve, por assim dizer, sendo “gestada” no período em que Searle escreve os artigos que constituem a referida obra. É neste período que começa a clarear ao filósofo a necessidade de uma explicação, como citamos acima, do modo pelo qual a mente se relaciona com os objetos do mundo. Assim, notamos já em suas obras estritamente voltadas à linguagem, sobretudo *Actos de fala* (1969) e *Expressão e significado* (1979), a importância da noção de intencionalidade, pois esta noção implicitamente está presente em todo o sistemático esquema descritivo das condições de possibilidade de efetivação da linguagem que nos apresenta o filósofo nestas obras. É justamente ao tratar desta noção que Searle chega a importantes características que constituem aquilo que denomina *Background*.

Parece-nos ser possível afirmar que, em termos de intencionalidade, tudo começa com o estudo do fato de que se imponha intencionalidade a coisas intrinsecamente não intencionais. Por exemplo, como um mapa pode representar um

⁸⁸ SEARLE. *Expressão e significado*, 1995. p. XV.

⁸⁹ Idem. p. XV-XVI.

determinado território; um exemplo mais interessante: o fato de sons significarem algo. Ao investigar a intencionalidade dos estados mentais, o filósofo se vê obrigado a tratar da intencionalidade no contexto da percepção e também no contexto da ação. Todavia, afirma Searle, “é impossível compreender a percepção e a ação sem um entendimento da causação intencional”⁹⁰.

Da investigação do modo pelo qual a mente coloca-nos em relação com o mundo, Searle conclui que a intencionalidade depende de um *Background* de capacidades mentais não-representacionais, ou seja, capacidades mentais não passíveis de serem concebidas como são concebidos, enquanto representativos, os estados intencionais.

Neste contexto de análise da intencionalidade, importa salientar o fato de que Searle abre o capítulo de *Intencionalidade* (1983) que dedica à noção de *Background* afirmando que estados intencionais com direção de ajuste apresentam conteúdos intencionais que só determinam suas condições de satisfação em relação a numerosos outros estados intencionais. Ao conjunto desses estados sobre os quais um estado intencional determina suas condições de satisfação Searle chama *Network*⁹¹ de estados intencionais. Com esta noção, surge um problema, pois, cada estado da *Network* necessita de uma *Network* para ser sustentado e assim por diante, o que nos leva a uma dinâmica de retorno ao infinito. Para Searle, a tarefa de se livrar do termo “e assim por diante” é impossível se seguirmos com o mesmo arcabouço conceitual. Razões da impossibilidade:

- a- Que a *Network* está, em grande parte, na região pré-consciente da mente;
- b- Que os estados da *Network* não se individualizam⁹²;
- d- Que se tentássemos seguir a trilha dos estados intencionais que fundamentam um estado em nível superior, e assim por diante, chegaríamos a coisas que são demasiado fundamentais para serem tidas como crenças.

Para exemplificar a terceira razão pela qual é difícil se livrar do termo “e assim por diante” na explicitação de como os estados intencionais podem representar suas

90 SEARLE., J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. IX.

91 Por *Network* devemos entender uma rede de estados Intencionais que sustentam um estado Intencional específico.

92 Se os estados da *Network* se individualizam, temos acesso a eles exatamente como temos acesso ao estado específico de nossa atenção. Na *Network*, a forma de atuação, por assim dizer, está justamente posta na coletividade e não na individualidade.

próprias condições de satisfação, Searle afirma:

Acredito que quem quer que tente seriamente seguir os fios da Rede acabará chegando a um alicerce de capacidades mentais que, em si mesmas, não constituem estados Intencionais (representações), mas, não obstante, formam as precondições para o funcionamento dos estados Intencionais⁹³.

Sendo assim, Searle concebe o *Background* como sendo pré-intencional, no sentido que é pré-condição a efetividade da intencionalidade. O *Background* constitui-se de um conjunto de capacidades não-representacionais que possibilitam toda representação. Pré-intencional não em sentido de sequência, mas como condição de possibilidade, isto é, como suporte à efetividade de qualquer representação – sendo que a representação é aqui entendida do modo como foi apresentada no capítulo precedente, ou seja, como a dinâmica de existência de um estado intencional.

Após indicar o *Background* como um conjunto de capacidades não representacionais que exercem a função de possibilitar toda a representação, buscando fundamentar seu posicionamento, o filósofo passa a indicar um conjunto de características que denomina uma “geografia mínima” do *Background*. Esta “geografia” explora tanto a relação entre biologia e cultura quanto a relação entre teoria e prática.

2.2.2 Uma geografia mínima

A “geografia mínima”⁹⁴ do *Background* é uma classificação de características deste sob dois focos distintos de análise. Por um lado, diferencia o “*Background* de base” do “*Background* local”; por outro, diferencia os aspectos relacionados ao “modo como as coisas são” dos aspectos relacionados ao “modo como fazer as coisas”.

Na primeira distinção, referente a “local” e “de base”, a diferenciação ocorre entre as capacidades que são comuns a todos os seres humanos – admitidos como normais, em virtude de sua constituição biológica – e as práticas culturais locais. Caminhar, ingerir alimentos, pegar, perceber, reconhecer, assim como as atitudes

93 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 198.

94 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 199.

pré-intencionais de, por exemplo, levar em conta a solidez das coisas, a existência independente do mundo, são fatores constituintes do *Background* de base. Por outro lado coisas como abrir uma janela, tomar cerveja em lata, bem como as atitudes pré-intencionais que se assume quando referentes a automóveis, eletrodomésticos, reuniões religiosas são constituintes do *Background* local.

A segunda distinção apresentada (mesmo não sendo inteiramente nítida) volta-se mais à razão prática:

Não posso ativar minha capacidade pré-intencional de, digamos, descascar laranjas, independente de minha atitude pré-intencional para com a rigidez das coisas. Posso, por exemplo, pretender descascar uma laranja, mas não posso desse mesmo modo, pretender descascar uma pedra ou um carro; e isso não se dá porque eu tenho uma crença inconsciente, “é possível descascar uma laranja mas não é possível descascar uma pedra ou um carro”, mas sim porque minha atitude pré-intencional para com laranjas (o modo como as coisas são) permite uma gama completamente diversa de possibilidades (o modo como fazer as coisas) da que tenho para com pedras e carros.⁹⁵

Tendo em vista que o *Background* funciona como um todo, ou seja, em sua unidade, estas distinções servem apenas como meio de apresentação de peculiaridades da noção. O exemplo de um mapa que mostra elementos internos distintos, mas que, em sua totalidade, mostra uma determinada região, assim também a geografia mínima do *Background* esboçada por Searle visa apenas indicar como se relacionam cultura e biologia e como se relacionam teoria e prática no *Background*, ou seja, como se engendram para formar esse *aparato* de capacidades, tendências e predisposições que são a base para nossas ações.

Após apresentar esta “geografia”, composta de elementos que emergem da interação entre biologia e cultura, como também da interação entre teoria e prática, Searle procura indicar como podemos perceber o modo pelo qual se efetiva o desempenho dessas capacidades, tendências e predisposições de base que sustentam a geografia mínima apresentada.

2.2.3 Argumentos em defesa do *Background*

Ao defender a noção de *Background* como um instrumento importante para o entendimento de nossas capacidades, Searle lança mão de seus estudos acerca da linguagem (quando trata da significação e do entendimento da metáfora) além de

95 Idem. p. 200.

argumentar também referentes as habilidades físicas que temos. Assim, o filósofo apresenta três argumentos que visam explicitar a efetividade do *Background*:

I- O primeiro surge a partir da reflexão acerca da compreensão do significado literal:

A noção de significado literal de uma sentença não é uma noção independente do contexto; tem apenas uma aplicação relativa a um conjunto de pressupostos e práticas pré-intencionais de *Background*⁹⁶.

A demonstração disto se dá pela mostra de que, frente a distintas bases contextuais, as condições de verdade apresentadas por um mesmo significado literal são distintas. Sejam, por exemplo, as seguintes sentenças:

- a- “Jorge fechou a porta”
- b- “Jorge fechou os olhos”
- c- “Jorge fechou a parede”
- d- “Jorge fechou a revista”.

Mesmo empregado no sentido literal, o termo “fechou” tem possíveis interpretações “incorretas”. Não é esperado que Jorge tenha fechado os olhos empilhando tijolos ou que tenha fechado a revista com um movimento de pálpebras, e assim por diante. Num contexto de comunicação específico a significação (elemento primordial ao entendimento, portanto à comunicação mesma) só é possível frente a um fundo de capacidades, tendências e predisposições que se constituam a partir de elementos culturais e biológicos.

II- A capacidade de compreensão das metáforas também é um argumento a favor da hipótese do *Background*. Segundo Searle:

Existem princípios passíveis de serem descobertos que permitem aos usuários de um idioma descobrir que, quando um falante afirma metaforicamente que X é Y, quer dizer que X é como Y com respeito a certas características C⁹⁷.

Searle adverte que tais princípios não funcionam de forma mecânica. Ainda mais extremamente, existem metáforas que não podem ser tratadas a partir da idéia de semelhança entre a extensão do termo Y e o que é referente ao termo X. Este aspecto do entendimento da metáfora que parece fugir a toda e qualquer possibilidade de ser expresso, principalmente em termos lingüísticos, leva Searle a

96 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 201.

97 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 206.

concluir que:

Parece simplesmente ser um fato de nossas capacidades mentais o podermos interpretar certos tipos de metáforas sem a aplicação de nenhuma “regra” ou “princípio” subjacentes além da pura capacidade de fazer determinadas associações. Não conheço nenhum modo melhor de descrever essas capacidades do que dizer que se trata de capacidades mentais não-representacionais⁹⁸.

A conclusão sobre o fato de entendermos o que nos diz o falante quando esse faz uso metafórico da linguagem é que tanto o caráter não mecânico das regras bem como os casos em que não utilizamos regras para o entendimento do uso metafórico da linguagem indicam o envolvimento, no contexto de entendimento da metáfora, de potenciais não-representacionais, ou seja, potenciais de base que formam um fundo pré-intencional.

III- Um terceiro argumento a favor da hipótese do *Background* surge das observações das habilidades físicas. Essas observações também ajudam a ter uma idéia da efetividade do *Background*. Searle inicia considerando o caso de aprender a (ter a habilidade de) esquiar que, para ele, é “uma dessas habilidades que se aprende com a ajuda de representações explícitas”⁹⁹. O que acontece de interessante no aprendizado de esquiar é que, depois de algum tempo, o iniciante não mais necessita estar atento às dicas do instrutor, ele simplesmente esquia. À medida que o esquiador se aprimora as regras vão se tornando irrelevantes, pois “as experiências repetidas criam aptidões físicas, presumivelmente realizadas como trilhas neurais, que tornam as regras simplesmente irrelevantes”¹⁰⁰.

Searle defende a idéia de que, uma vez que a habilidade esteja aperfeiçoada a ponto de não haver mais necessidade de estarmos atentos para que esta seja executada com perfeição, as regras deixam de ter importância, pois já temos capacidades de *Background* que nos possibilitam automaticamente (no sentido que não necessitamos mais estar atentos às regras) executar a atividade com perfeição.

Apresentados estes três argumentos em defesa do *Background*, começam a surgir certos quadros onde estados conscientes e inconscientes formam uma *Network* que se dissolve em um *Background*.

O *Background* não está na *periferia* da Intencionalidade, mas *permeia* toda a Rede de estados Intencionais; uma vez que sem o *Background* os estados não poderiam funcionar, estes não podem determinar condições de satisfação. Sem o *Background*

98 Idem. p. 207.

99 Idem. p. 208.

100 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 209.

não poderia haver percepção, ação, ou memória, ou seja, esses estados Intencionais não poderiam existir¹⁰¹.

Tendo em vista que é, via intencionalidade, pela ação e pela percepção que nos relacionamos com o mundo, ao se afirmar que sem o *Background* não seria possível haver percepção e ação importa indicar de que modo o *Background* é mental.

2.2.4 O *Background* como um aparato cérebro/mental¹⁰²

Searle defende que, sendo o agente cognitivo um ser biológico e social num mundo de seres também biológicos e sociais, o *Background*, além daquilo que é dado pela biologia, é fruto das relações que o sujeito mantém com o mundo. Assim, sem a constituição biológica e a vivência cultural, o agente cognitivo não poderia ter, seja qual for, um determinado *Background*. Entretanto, todas essas relações (sociais, biológicas, físicas) só se tornam relevantes à medida que causam, enquanto efetivação do *Background*, efeitos sobre o cérebro-mente. Nas palavras de Searle: “o mundo só é relevante para o meu *Background* por causa de minha interação com o mundo; e para esclarecer esta questão podemos apelar para a conhecida fábula do ‘cérebro numa cuba’”¹⁰³. A “fábula” do “cérebro numa cuba”¹⁰⁴ diz que é possível que estejamos completamente enganados sobre o mundo, pois podemos ser um organismo envolto por nutrientes que sustentam a vida deste organismo (cérebro) e este, por sua vez, sustenta todo o aparato de estados intencionais que temos. Teríamos, mesmo admitindo esta hipótese, que ter um *Background* que suportasse um estado intencional específico. A atividade cérebro/mental tanto se dá frente a um determinado *Background* quanto revitaliza-o a cada instante.

Sustentando que o mundo só tem relevância para o *Background* a partir da interação que tenhamos com ele, o filósofo leva-nos a perceber que não há mistério algum envolvendo o *Background*, pois não se trata de um conjunto de relações misteriosas que mantemos com as coisas; trata-se, sim, de hábitos, suposições e

101 Idem. p. 210.

102 O termo “cérebro/mental” quer salientar a concepção searleana de que o domínio do mental tem bases biológicas.

103 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 214.

104 Putnam reapresenta com esta fábula a experiência de pensamento que Descartes desenvolve a partir da figura do “gênio maligno”. Putnam nos convida a imaginarmos certa experiência produzida por um cérebro que estaria numa cuba sendo estimulado eletricamente de modo que essa experiência seria comum a nosso costume cotidiano – como nossa vida. Uma reação possível seria negar que isso seja sequer uma simples possibilidade lógica; outra reação é argumentar que mesmo que isso seja uma possibilidade lógica, sabemos que as coisas não são assim.

pressuposições não-intencionais.

Sendo que tudo isso é realizado no cérebro, “não há absolutamente nada de ‘transcendental’ ou ‘metafísico’ acerca do *Background*, no sentido em que estou empregando o termo”¹⁰⁵. A fim de demonstrar isso, Searle indica alguns modos pelos quais temos uma melhor forma de perceber este fenômeno: se quando estamos caminhando perdemos o equilíbrio por conta de um desnível, há uma falha em nosso *Background* no que se refere ao modo como as coisas são. Caso se vá pegar um pacote e, de súbito, vemos que empregamos mais força do que deveríamos, temos um caso de falha em nosso *Background* no que se refere ao modo como fazer as coisas. Evidentemente, ambos os modos estão intimamente ligados, pois, nestes casos, o estado intencional não é satisfeito. No caso do estado intencional não ser satisfeito, se dá uma pane na efetivação das capacidades pré-intencionais.

A saída da normalidade (daquilo que se conta por certo) aponta a existência da pane, por assim dizer. A falha em realizar as condições de satisfação de estados intencionais demonstra a presença do *Background* e aponta para algumas características de seu funcionamento. Entretanto, antes de tratar disso, Searle aborda a questão referente à dificuldade de encontrar uma terminologia neutra para descrever o *Background*.

O fato de não termos nenhum vocabulário natural para discutir os fenômenos em questão e o fato de tendermos a cair em um vocabulário Intencionalista deveria chamar a nossa atenção¹⁰⁶.

Isso deve fazer-nos conscientes de que, assim como a língua não tem um vocabulário adequado para falar dela mesma, assim também a mente encontra dificuldade para dar conta de si mesma. Isso vai refletir no vocabulário pelo qual se percebe o *Background*. Fazendo uso da metáfora de Wittgenstein (apresentada no *Tractatus Logico-philosophicus*), Searle faz uma analogia entre o *Background* e o olho: como o olho que não pode ver-se, assim o *Background* não pode ser intencional, o que dificulta a existência de um vocabulário que o diga.

Simplesmente não existe vocabulário de primeira ordem para o *Background*, porque este não tem Intencionalidade. Como pré-condição da Intencionalidade, o *Background* é tão invisível para a Intencionalidade quanto o olho que vê é invisível a

105 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 214.

106 SEARLE., J. R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 217.

si mesmo¹⁰⁷.

Justamente por não ser intencional, não pode ser representacional o vocabulário com o qual se trata do *Background*. Mas segue aberta a busca de um vocabulário “adequado”. O problema é que, ao buscarmos perceber e entender o que é e como funciona o *Background*, não podemos nos colocar acima da linguagem (fora dela). Todavia, uma vez que estamos nos limites da linguagem, obviamente, estamos num contexto lingüístico. Por isso, o *Background* é descrito em termos de tipologias, para que possamos indicar seu caráter pré-lingüístico e pré-intencional.

2.2.5 Funcionamento do *Background*

Mesmo com essas dificuldades referentes à linguagem que usamos para descrever a noção de *Background*, Searle aponta algumas características referentes ao seu funcionamento. O filósofo afirma que este atua causalmente, mas que, entretanto, essa causação não é determinante.

Em termos tradicionais, o *Background* proporciona condições necessárias, mas não condições suficientes, para entender, acreditar, desejar, tencionar, etc. e, nesse sentido, é capacitante e não determinante¹⁰⁸.

Assim, seria um erro atribuir ao *Background* a função de ligar o conteúdo intencional às determinações das condições de satisfação, pois este é pré-intencional, é aquilo que permite que os estados intencionais funcionem como funcionam (é nesse sentido que funciona causalmente). Isso ocorre porque o *Background* é constituído de práticas, habilidades, hábitos, atitudes pré-intencionais que dão suporte à efetivação da dinâmica lógica de um estado intencional. Sendo assim, não pode ser o elo entre elementos do contexto intencional: o conteúdo intencional e as condições de satisfação.

Cometemos um erro ao interpretar o *Background* como um conjunto de estados intencionais. Podemos, didaticamente, tratar um elemento do *Background* como tratamos um estado intencional, mas isso não significa que ele funcione (represente) como o faz o estado intencional. Em verdade, não há representação alguma nas capacidades, tendências e predisposições que temos. Se houvesse nessas últimas algum tipo de representação, como há nos estados intencionais,

107 Idem. p. 218.

108 Idem. p. 219.

estas capacidades, tendências e predisposições seriam, por definição, justamente estados intencionais.

Com as reflexões realizadas ao longo dos nove anos que separam a publicação de *Intencionalidade* (1983) da elaboração de *A redescoberta da mente* (1992), Searle percebe a necessidade de fazer algumas reformulações em seu entendimento do *Background*. Nesta última obra, logo que retoma a discussão acerca do *Background*, afirma:

Já que minhas concepções do *Background* evoluíram em alguns aspectos importantes desde que escrevi *Intentionality* (1983), explicarei também as mudanças e as motivações para elas¹⁰⁹.

A partir da pesquisa a respeito do significado literal, Searle percebe que toda forma de intencionalidade parece necessitar de um suporte não intencional. Assim, em *Intencionalidade* (1983), Searle sustenta que interpretações, desejos, significados, por exemplo, só funcionam frente a um conjunto de capacidades de fundo, sendo essas, obrigatoriamente, não intencionais. Só assim é possível que os fenômenos intencionais determinem (representem) suas condições de satisfação.

Para melhor esclarecer o modo pelo qual os estados intencionais são capazes de representar suas próprias condições de satisfação, o filósofo discorre sobre a distinção entre *Network* e *Background*. Para que um estado intencional possa determinar suas condições de satisfação, é necessária uma *Network* de outros estados intencionais. Entretanto, se fosse o caso de relacionar todos os outros estados envolvidos na *Network* que sustenta um estado intencional específico, ainda ficamos com uma questão em aberta, a saber, que o conteúdo intencional não é auto-interpretativo. Não é possível, que a partir unicamente do estado intencional, se possa estabelecer quais são suas condições de satisfação, pois o conteúdo intencional só pode indicar as condições de satisfação do estado intencional a que pertence frente a outros estados intencionais, o que nos leva à necessidade de uma *Network* de estados intencionais que dê sustentação ao estado específico em questão. Mas, a questão ainda não está resolvida, pois:

Além da Rede, precisamos postular um *Background* de capacidades que não sejam, elas mesmas, parte dessa Rede. Ou, mais exatamente, a Rede toda tem a necessidade de um *Background*, porque os elementos da Rede não são auto-interpretativos ou auto-aplicáveis¹¹⁰.

109 SEARLE, J. R. *A redescoberta da mente*, 1997. p. 249.

110 SEARLE, J. R. *A redescoberta da mente*, 1997. p. 251.

Com a inclusão da *Network*, a noção de *Background* adquire novas perspectivas, pois os estados intencionais não determinam suas condições de satisfação de modo autônomo, isto é, necessitam estar apoiados em outros estados intencionais. Todo estado intencional acaba requerendo uma *Network* de outros estados intencionais, sendo que cada um desses outros estados, que compõem a *Network* requerida pelo estado intencional específico, também necessita de uma *Network* para determinar suas condições de satisfação. Isso ocorre porque são os estados intencionais da *Network* que possibilitam que o estado intencional específico seja representativo. Entretanto, a *Network* não é suficiente, pois, o estado intencional pode efetivar-se em vários contextos, isto é, frente a vários *Backgrounds*. Aqui necessitamos fazer uma diferença entre a função que a *Network* desempenha e a função que desempenha o *Background*: a primeira suporta o estado intencional específico a partir de outros tantos estados intencionais que a compõem; já o *Background* é condição de possibilidade para a existência da *Network*. Essa diferenciação se faz necessária porque, como afirma Searle:

O mesmo conteúdo intencional pode determinar diferentes condições de satisfação (como, por exemplo, condições de verdade) relativamente a diferentes *Backgrounds*, e relativamente a certos *Backgrounds* não determina absolutamente nada¹¹¹.

Assim, passamos a perceber o *Background* como uma categoria independente. Em *A redescoberta da mente* (1992), Searle sustenta que os fenômenos característicos do *Background* devem ser admitidos como uma categoria independente para a investigação e que, entendendo o *Background* desta forma, o estudo sobre o *Background* poderia melhor contribuir para aclarar a interação entre a mente, a linguagem e a sociedade. Searle procura demonstrar que o *Background* pode ser tido como uma categoria independente por meio da apresentação de mais alguns argumentos em defesa deste:

I- Primeiramente, retoma a discussão acerca do entendimento de sentenças. Como havia feito em *Intencionalidade* (1983), em *A redescoberta da mente* (1992), Searle mostra que uma mesma expressão literal tem a possibilidade de contribuir para o significado de várias e distintas sentenças mesmo que essas sentenças sejam compreendidas de modo literal: tem-se que a expressão é interpretada de modos distintos nas diferentes sentenças. Isso ocorre porque cada interpretação se dará frente a um determinado *Background*. Por exemplo, se são enunciadas as

111 Idem. p. 252.

seguintes sentenças:

- a- “Ele cortou a grama”.
- b- “Ela cortou o bolo”.
- c- “Ela cortou o tecido”.

Em todos os casos, a sentença é tomada literalmente, mas não é de esperar que a grama seja cortada, por exemplo, com o instrumento de se cotar bolo. Cada *Background* determina certa interpretação, embora o significado literal da expressão continue o mesmo.

II- Como o primeiro argumento acima apresentado em defesa da efetividade da noção de *Background*, o segundo também surge do contexto lingüístico, sendo desta feita referente à resistência (dificuldade) na compreensão de algumas sentenças nos idiomas naturais. O caso quando se compreende o significado de todas as palavras da sentença e não o que o conjunto expressa. Caso se ouça “João cortou a montanha”, “João cortou o Sol” e “João cortou o lago”, por exemplo, fica-se desconcertado, não se sabe exatamente o que essas sentenças significam. Esse “mal estar” ocorre pelo fato de que não há um suporte pré-intencional que dê sentido a estas sentenças.

III- Nossas capacidades, tendências e predisposições atuam continuamente no cotidiano. O terceiro argumento, apresentado por Searle para demonstrar o *Background* como uma categoria independente, está relacionado à observação do *Background* em casos em que há uma interrupção de sua atuação. Para entendermos esse argumento, temos que levar em consideração que:

Um passo crucial na compreensão do *Background* é perceber que alguém pode estar comprometido com a verdade de uma proposição sem ter absolutamente nenhum estado intencional com aquela proposição como conteúdo. Por exemplo, estar comprometido com a proposição de que os objetos são sólidos, sem de nenhum modo, implícita ou explicitamente, ter qualquer crença e convicção nesse sentido¹¹².

Ao sentar em uma cadeira e escorar os braços numa escrivaninha, por exemplo, nosso comportamento nos conduz a inviabilidade de negar a que esses objetos sejam sólidos. O comportamento intencional (relacional: no sentido de que nos relacionamos com esses objetos) nos compromete com a proposição de que os objetos são sólidos (mesmo que não exista, por parte do sujeito em questão, uma

112 SEARLE, J. R. A redescoberta da mente, 1997. p. 264.

crença formada acerca da solidez dos objetos). O comportamento compromete, então, porque agimos, a todo o momento, pressupondo que as coisas têm um modo de ser. A partir disto, podemos perceber a efetividade do *Background* quando este, por uma razão qualquer, deixa de atuar. Seja, por exemplo, o fato de haver uma diferença de dois centímetros no piso de um salão. Quando não estamos atentos a este fato, caminhamos normalmente e, quando do desnível, temos aquela sensação de estarmos sem chão. O que ocorre é que caminhamos agindo segundo pressuposições referentes ao modo que as coisas são e pressuposições referentes ao modo como fazer as coisas. Justamente por termos essas pressuposições, que nos conferem habilidade de caminhar, nós a realizamos quase que automaticamente. Essa habilidade é um elemento de *Background*, sendo que, quando falha, nos leva a perceber a efetividade deste.

Com estes argumentos, Searle visa estabelecer o *Background* como um domínio autônomo de estudo. O filósofo se propõe a esclarecer como a *Network* é parte do *Background* e não algo distinto, como a concebia em *Intencionalidade* (1983). Searle pretende explicar como a *Network*, na sua concepção da relação entre consciência, inconsciência e intencionalidade, contribui para o enriquecimento da tese do *Background*.

Searle admite que, na época da edição de *Intencionalidade* (1983), compreendia a mente como “um inventário de estados mentais”¹¹³, como se estivessem sempre alguns estados mentais conscientes e outros inconscientes e sem que a consciência fosse essencial para os fenômenos mentais. Todavia, salienta que esta forma de abordar a questão acaba apresentando algumas dificuldades. Ao se diferenciar a *Network* do *Background* – definindo a primeira como constituída de estados intencionais e, por sua vez, o *Background* como formado de elementos não-intencionais – estamos cometendo um erro, pois:

De acordo com a visão de que a mente contém um inventário de estados mentais, tem que haver um erro de categoria na tentativa de fixar um limite entre Rede e *Background*, porque o *Background* consiste em um conjunto de capacidades, e a Rede não é absolutamente uma questão de capacidades, mas de estados intencionais¹¹⁴.

Searle admite¹¹⁵ que foi um erro seu ter admitido a mente como um inventário

113 SEARLE, J. R. A redescoberta da mente, 1997. p. 266.

114 Idem. p. 267.

115 Conf. Idem.

de estados mentais. Sendo assim, a tese do *Background* tem de ser revista para que não apresente esta incoerência. Na perspectiva de rever alguns pontos referentes ao *Background*, Searle indica a necessidade de explicitar o modo pelo qual este se relaciona com a consciência – que, segundo o que o filósofo apresenta em *A redescoberta da mente* (1992) – se torna central a concepção de mente. A idéia de que temos crenças que consistem em estados mentais inconscientes – o que era sustentado em *Intencionalidade* (1983) – é uma armadilha da linguagem, pois, sustenta Searle, tudo que o cérebro possui é um conjunto de “estruturas neurônicas” que permitem que o cérebro pense e aja quando assim pretende ou é estimulado.

Assim, a melhor maneira de considerar a questão é admitir o cérebro como um órgão natural composto de milhões de neurônios, sendo que, conforme o comportamento dos elementos dessa “massa” de neurônios, temos estados conscientes com a característica de serem estados de uma vida desperta. Para Searle, sobre o nível mental é o que pode ser dito.

Em *A redescoberta da mente* (1992) percebemos que a neurobiologia ocupa maior espaço que a psicologia, pois é no cérebro/mente que temos as capacidades que permitem sermos conscientes¹¹⁶, o que nos abre a possibilidade de buscar na neurobiologia algumas explicações referentes a essas capacidades.

A concepção de *Background* que Searle apresenta em *A redescoberta da mente* (1992), não entendendo mais a mente como um inventário de estados intencionais, leva-o a repensar também, como veremos a seguir, alguns elementos no tocante à noção de *Network*.

2.2.6 A *Network* revista

Em *A redescoberta da mente* (1992), ao retomar o tema da *Network*, Searle se pergunta tanto sobre aquelas intuições primeiras que o levaram à tese do *Background* quanto à distinção entre este e a *Network*. Se quando descrevemos uma crença inconsciente o que fazemos é descrever uma neurofisiologia a partir de suas capacidades disposicionais de causar comportamento e pensamento consciente, há uma diferença em relação à situação inicial que tínhamos, situação

116 Algumas capacidades cerebrais não geram consciência, mas trabalham no estabelecimento de aplicações dos estados conscientes: correr, escrever, comer, por exemplo.

em que tínhamos a mente como um inventário de estados intencionais. Essa mudança leva-nos, segundo Searle, a perceber que a *Network* de intencionalidade é parte do *Background*, pois:

A questão de como fazer a distinção entre Rede e *Background* desaparece, porque a Rede é aquela parte do *Background* que devemos ter em termos de sua capacidade de causar intencionalidade consciente¹¹⁷.

Resta ainda, entretanto, um problema: visto que a intencionalidade atua frente a um conjunto de capacidades não-intencionais, devemos fazer uma distinção entre, por um lado, o funcionamento inconsciente da intencionalidade e, por outro, as capacidades não-intencionais, pois importa é aclararmos distinção entre o intencional e o não-intencional dentro das capacidades de *Background*.

No sentido de ultrapassar este obstáculo, em *A redescoberta da mente* (1992), Searle indica a necessidade de fazermos algumas diferenciações¹¹⁸:

- a- diferenciar a distinção entre consciente e inconsciente da distinção entre atenção e periferia. Uma coisa é estarmos conscientes de algo ou não estarmos conscientes e outra é termos presente algo como foco de nossa atenção ou termos presente algo como apoio ao que está sendo focado. Posso ter a atenção voltada a um problema matemático e andar no centro da cidade. Não é o caso que eu esteja inconsciente andando simplesmente porque estou com minha atenção voltada ao problema de matemática. Trata-se de distintos níveis.
- b- no conjunto dos fenômenos mentais, o representacional do não-representacional. A Intencionalidade é definida em termos de representação, mas, por exemplo, o controle da temperatura dos órgãos do corpo é feito pelo cérebro: há nisto um estado mental que não é Intencional.
- c- as capacidades de suas manifestações. Aqui a questão é: quais as capacidades do cérebro deveriam ser tidas como capacidades do *Background*? As capacidades são pré-intencionais, já as manifestações se dão necessariamente num contexto intencional.
- d- aquilo do que efetivamente ocupamo-nos daquilo que estamos dando

117 SEARLE, J.R. *A redescoberta da mente*, 1997. p. 269.

118 Cf. Idem. p. 270 ss.

por certo. Estamos dando por certo que temos intencionalidade e que esta é suportada por uma base pré-intencional. Ocupamo-nos em apresentar como esta base atua como suporte da intencionalidade.

Com essas distinções, que são interligadas, e com o abandono da idéia de mente como um inventário, emerge a necessidade de apresentar a noção de Background de uma outra maneira:

Toda a Intencionalidade consciente – todo pensamento, percepção, compreensão etc. – só determina condições de satisfação relativamente a um conjunto de capacidades que não são e não poderiam ser parte desse mesmo estado consciente. Por si só, o conteúdo efetivo é insuficiente para determinar as condições de satisfação¹¹⁹.

Sendo assim, permanece a idéia de que os estados intencionais necessitam de um fundo que os suporte e que esse deve ser não-intencional. O que se modifica é o estatuto da *Network*, pois, em vez de termos que para a existência de uma crença, por exemplo, necessitamos ter uma quantidade de outras crenças, o caso é que para um pensamento consciente existir é necessário que tenhamos capacidade de gerar uma porção de outros pensamentos conscientes.

Ficamos, então, com o seguinte quadro:

1. Os estados intencionais não atuam de modo autônomo. Não determinam suas condições de satisfação independentemente.
2. Todo estado intencional exige para seu funcionamento um conjunto de capacidades de *Background*. As condições de satisfação só são determinadas relativamente a essas capacidades.
3. Entre essas capacidades estarão algumas que são capazes de gerar outros estados conscientes. As condições 1 e 2 se aplicam a esses outros.
4. O mesmo *tipo* de conteúdo intencional pode determinar diferentes condições de satisfação quando é manifesto em diferentes capacidades de *Background* e, relativamente a alguns *Backgrounds*, não determina absolutamente nada¹²⁰.

Com esta apresentação, chegamos a uma síntese que expressa o que devemos entender por *Background*, e qual a sua função. A seguir, estaremos apresentando a relação que mantém esta noção com a concepção que Searle apresenta dos conceitos de mente, linguagem e sociedade.

119 SEARLE, J. R. A redescoberta da mente, 1997. p. 271.

120 SEARLE, J. R. A redescoberta da mente, 1997. p. 272.

3 BACKGROUND: NÚCLEO DA INTERAÇÃO ENTRE A MENTE, A LINGUAGEM E A SOCIEDADE

Como dissemos no primeiro capítulo, a pretensão de Searle é contribuir com o que o filósofo denomina “visão iluminista”; para ele o mundo é inteligível, porém, por ser complexo, devemos ter maior competência para darmos conta da tarefa de conhecê-lo. Searle procura ver o mundo de um modo que possa abrigar, coerentemente, o conjunto de elementos constituintes da realidade. Tendo em vista que o conhecimento emerge da relação que temos com o mundo, importa mostrar de que modo a mente relaciona-nos com o mundo; o filósofo procura explicitar como isso acontece fazendo uso da noção de intencionalidade. Entretanto, a intencionalidade não se sustenta por si só, pelo que Searle lança mão da noção de *Background*.

A partir da argumentação de Searle acerca da noção de *Background*, começamos a perceber uma unidade – um princípio único – em toda sua obra, que trata de temas, em princípio, tão díspares. Esta percepção reforça-se com a intenção de Searle de cooperar com a busca de uma visão completa da realidade. Para o filósofo, tal visão deve indicar como é que a mente, a linguagem e a sociedade interagem a ponto de podermos viver da forma que vivemos – com a possibilidade de nos entendermos, de termos crenças, de justificarmos nossos posicionamentos, etc.

O conhecimento, que é consequência de nossas práticas, não obstante os fatores biológicos que caracterizam o sujeito empírico, é um fenômeno social, pois grande parte de nossas práticas são práticas sociais – práticas sociais no sentido que se dão, que se estruturam e que se efetivam num meio social. A possibilidade de dizer algo a respeito do mundo é baseada no *Background*, é uma possibilidade “sócio-lingüística”. A seguir, passamos a explorar o modo pelo qual o *Background* é o elo entre a mente, a linguagem e a sociedade.

3.1 Mente

Com Descartes, inicia-se uma tradição relacionada a mente que é conhecida

como dualismo¹²¹, pois para este pensador, e para seus seguidores, o domínio do mental é ontologicamente distinto do físico. Este posicionamento consolidou-se, para grande parte dos pensadores, como uma posição inquestionável. Assim sendo o estudo da mente parte, necessariamente do dualismo cartesiano. Na tradição mais recente, de 1950 em diante, surge um posicionamento contrário ao dualismo cartesiano: o materialismo¹²². Este afirma que nada mais existe a não ser o material. Para os materialistas, tudo pode ser reduzido a nível material¹²³. Searle se opõe a ambos. Tendo em vista que o domínio do mental abriga uma série de elementos, passamos a apresentar algumas considerações referentes ao que Searle entende por “mente”. Importa salientar que, por parte de Searle, o ponto de partida para uma exploração do domínio do mental é a utilização de duas teorias que sintetizam os avanços teóricos mais importantes dos séculos passados: a teoria atômica da matéria e a teoria evolutiva da biologia. Searle afirma que:

O universo consiste inteiramente em entidades que julgamos conveniente, quando não totalmente preciso, chamar de “partículas” em campos de força. Essas partículas são geralmente organizadas em sistemas. As fronteiras de um sistema são determinadas por suas relações causais. Exemplos de sistemas são montanhas, geleiras, árvores, planetas, galáxias, animais e moléculas. Alguns desses sistemas são sistemas orgânicos de cadeias de carbono, e entre esses sistemas orgânicos estão os organismos que hoje existem como membros de espécies de evoluíram durante longos períodos de tempo¹²⁴.

Deste modo surgiram sistemas orgânicos que desenvolveram características nervosas das quais se originam o que entendemos por “mente”, humana e animal. No que se refere aos humanos, Searle entende que a consciência seja o elemento essencial da mente, pelo que se afirma como fator de unidade da condição humana.

Assumindo que a mente emerge da biologia e, ao mesmo tempo, firmando a consciência como elemento essencial desta, Searle abandona qualquer aproximação possível com posicionamentos dualistas ou com posicionamentos materialistas, pois não acredita no dualismo e não abre mão dos fenômenos subjetivos (e nem assume que estes possam ser reduzidos aos fenômenos materiais). Sendo assim, cabe ao filósofo explicar como se dá o funcionamento de algo que execute as funções que a mente exerce e que não esteja além do físico (como defende o dualismo) e nem possa ser reduzido ao físico (como defende o

121 O dualismo existe na filosofia desde Platão, contudo, no sentido que nos interessa, este aparece a partir da contribuição cartesiana.

122 Como o caso do dualismo, também o materialismo tem uma tradição, numa perspectiva diferente da que aqui estamos explorando, mais antiga.

123 Nosso breve relato acerca do dualismo e do materialismo não quer indicar que esses posicionamentos teóricos careçam de importância para as discussões referentes à mente; somente não os desenvolvemos mais por que isso não se faz necessário dentro do que aqui nos propomos.

124 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 44-45.

materialismo). Esta explicação (de como a mente relaciona-nos com o mundo) Searle pretende realizar com a noção de intencionalidade.

A partir de nosso objetivo de explorar as decorrências do conceito de *Background* para a epistemologia que emerge do pensamento de Searle (tendo em vista que a consciência é apontada como elemento essencial da mente e também tendo em vista que é por meio da intencionalidade que o filósofo apresenta o modo pelo qual a mente relaciona-nos com a realidade) passaremos a explorar qual a relação entre consciência e *Background* e a relação entre intencionalidade e *Background*. Com um melhor entendimento dessas relações, teremos os elementos suficientes para perceber de que modo este último determina a noção de mente presente na epistemologia proposta pelo autor.

3.1.1 Consciência e *Background*

Searle define a consciência como um fenômeno de primeira pessoa, qualitativo e subjetivo¹²⁵. Os estados conscientes são provocados por processos cerebrais, o que caracteriza a consciência como um fenômeno biológico igual a qualquer outro. Por este entendimento, Searle nos leva (ou ao menos tenta levar-nos) a assumir que a consciência, não obstante as suas características subjetivas, é causada por estados cerebrais – sendo estes “estados conscientes” uma característica cerebral de nível mais elevado.

O fato de a consciência ter uma ontologia de primeira pessoa é apenas uma característica de como funciona a natureza – característica da qual não se segue nenhum argumento para a problematização da consciência em termos metafísicos. Para Searle, “é um fato da neurobiologia que determinados processos cerebrais são causa de estados e processos conscientes”¹²⁶. Assim, Searle acredita poder assumir uma postura naturalista no que se refere à consciência:

“Naturalizamos” a consciência e, de fato, minha etiqueta para este ponto de vista é “naturalismo biológico”: “naturalismo” porque, segundo esse ponto de vista, a mente faz parte da natureza, e “biológico” porque o modo de explicação da existência de fenômenos mentais é biológico – por oposição, por exemplo, a computável, comportamental, social ou lingüístico¹²⁷.

Para melhor entendermos a importância da consciência como elemento

125 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 44.

126 Idem. p. 56.

127 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 57.

essencial da noção de mente, se faz necessário apontar para algo a respeito da função que esta exerce. Iniciemos lembrando que usamos a consciência para caminhar, comer, nos defendermos – atividades que são constituintes de nosso cotidiano. Searle nos indica, ao tratar da função da consciência¹²⁸, um exercício didático para percebermos que sem a consciência estaríamos extintos. Seja o caso de toda a humanidade entrar em estado de coma ao mesmo tempo; notadamente, isso levaria à extinção da espécie, pois, sem consciência, não temos condições de lidar com o mundo. A chave para entendermos qual a função da consciência está no fato de que é por ela que temos a capacidade de lidar com o mundo por meio de representações, sendo que agimos com base nessas representações.

Cientes de como Searle entende o modo pelo qual a consciência se encaixa em nossa concepção geral de mundo e qual sua função, passamos agora a apresentar o que Searle indica como a estrutura da consciência. O filósofo apresenta dez características estruturais à consciência¹²⁹:

I- *Subjetividade ontológica*. No entendimento de Searle¹³⁰, é a característica mais importante no que se refere à mente. A subjetividade ontológica é dada pelo fato de que todo e qualquer estado consciente só existe se experimentado por um agente. Essa é uma característica que não pode ser dissociada do naturalismo biológico assumido pelo autor, pois o sujeito em questão é empírico e apresenta uma constituição biológica que o capacita a ter estados conscientes.

II- *Unidade*. Uma segunda característica da consciência é o fato de que ela nos chega (nós a experimentamos) de forma unificada:

Eu não só percebo a pressão dos sapatos em meus pés, o pensamento sobre um problema filosófico, o som do trânsito ao fundo e a visão dos morros no horizonte, mas tenho todas essas experiências como parte de uma experiência unificada¹³¹.

Searle credita ao cérebro a capacidade de ligar os diversos estímulos que recebemos, via sentidos, em uma experiência unificada, pois esses vários estímulos imprimem algo em nós e o cérebro tem a capacidade de fazer-nos conscientes de tais coisas de modo, sendo essa consciência uma experiência unificada.

Existem duas perspectivas pelas quais podemos perceber esse caráter de

128 Cf. Idem. p. 76.

129 Cf. Idem. p. 73-79.

130 Cf. Idem. p. 73-74.

131 Idem. p. 74.

unidade da experiência consciente:

- a- Há uma unidade “vertical”, sendo a idéia de verticalidade aqui empregada para expressar que se trata da existência da unidade em um instante único. Nesse sentido, podemos pensar na unidade presente em uma foto como uma unidade vertical.
- b- Por outro lado, há a unidade “horizontal”, que é a unidade de um estado consciente que tem certa duração no tempo; neste caso, nosso exemplo pode ser apresentado em termos da unidade presente em um vídeo.

III- *Acesso ao exterior.* Uma outra característica se refere ao fato de a consciência nos permitir acesso a um mundo diferente de nossos próprios estados conscientes. A consciência o faz por meio da capacidade que temos de representar como as coisas são (modo cognitivo) e pela capacidade que temos de representar o modo como gostaríamos que as coisas fossem (modo volitivo).

IV- *Humor.* O humor também é uma característica estrutural da consciência, pois a cada momento temos estados conscientes que nos vêm quando estamos com um determinado humor – muitas vezes mudando-o. O que Searle tenta evidenciar é que a consciência tem algo como um sabor. Cada estado consciente está associado ou à alegria, ou à depressão, ou à euforia e etc.

V- *Estrutura.* Em condições normais (não patológicas), os estados conscientes são estruturados. Temos a capacidade de, via sentidos, sermos impressionados pelo meio, sendo resultante disso uma representação estruturada do estado de coisas representado. A experiência consciente é sempre estruturada e não um caos.

VI- *Grau de atenção.* A consciência tem graus de atenção. No montante das coisas que estão em nosso campo de consciência, temos o que é foco de nossa atenção e o que está na periferia. Podemos exemplificar isso da seguinte forma: neste momento, possivelmente sua atenção está focada na idéia que nessas linhas procuramos expressar e não está focada na pressão que seu corpo exerce sobre a cadeira, a poltrona ou o que você usa para acomodar-se ao ler um livro.

VII- *Sentido da própria situação.* Para Searle, “cada um de nossos estados conscientes vem com um sentido de nosso próprio posicionamento no espaço e no tempo, mesmo que o posicionamento em si não seja um objeto intencional de nossa

consciência”¹³². Estamos sempre conscientes do ano em que estamos, conscientes do país em que estamos, se já almoçamos ou não, por exemplo.

VIII- *Familiaridade*. Todas nossas experiências conscientes apresentam essa característica, pois as coisas não necessitam ser aprendidas novamente a cada vez que nos deparamos com elas. Além disso, quando vemos uma cadeira, por exemplo, que nunca vimos antes, sabemos que é uma cadeira; isso ocorre porque temos uma maneira (expressão de uma capacidade) de entender como “devem” ser vistas as representações mentais.

IX- *Transbordamento*. “É uma característica de nossas experiências conscientes que elas sempre façam as coisas que estão além delas. Nunca temos uma experiência isolada: ela sempre se prolonga para outras experiências além dela mesmo”¹³³. A cada experiência consciente, somos levados a outras. O transbordamento é essa característica que uma experiência consciente tem de nos levar a outras experiências conscientes.

X- *Grau de agrado*. A partir de um estado consciente, podemos fazer algumas perguntas como: “você gostou?”, “foi divertido?”, “qual o sentimento que você diria que brotou?”. Isso mostra que os estados conscientes apresentam a característica de serem ou prazerosos ou não prazerosos.

A atenção que dispensamos ao modo como Searle engendra a consciência em nossa visão geral de mundo, bem como a função que atribui a essa e, principalmente, a estrutura dos estados conscientes, são fatores que nos levam a perceber que a consciência não deve ser afastada da noção de intencionalidade e que a efetividade da consciência depende de uma série de elementos que suporte as dinâmicas que constituem seus traços estruturais. Tais elementos não podem ser buscados diretamente no mundo, pois são, de certo modo, antecessores (enquanto condições de possibilidade) aos estados conscientes em si mesmos. Tendo em vista que a consciência necessita de um agente que a experimente para efetivar-se, sendo esse agente um sujeito empírico, temos que postular (coerentemente com a idéia geral do naturalismo biológico) que a estrutura biológica própria do organismo lhe possibilita ter estados conscientes subjetivos, unificados, estruturados e etc. Chegamos, então, a necessidade de um fundo de suporte à atividade mental

132 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 78.

133 Idem. p. 79.

consciente, sendo que esse fundo deve emergir da biologia. Aqui, podemos voltar à indicação feita por Searle de uma geografia mínima do *Background*; lá encontramos uma série de características do *Background* que são indicadas pelo filósofo no termo “*Background* de base”. As capacidades que fazem com que a consciência seja como é estão, em sua grande maioria, todas localizadas no *Background* de base.

Após apontarmos algumas características que, para Searle, estruturam a consciência, a fim de seguirmos explorando a relação entre mente e *Background*, passamos a focar nossa atenção na relação entre intencionalidade e *Background*.

3.1.2 Intencionalidade e *Background*

Como vimos no início do capítulo anterior, Searle apresenta a noção de intencionalidade usando o conceito de direcionalidade. Assim, o filósofo pretende indicar que intencionalidade “é o termo genérico para todas as diversas formas pelas quais a mente pode ser dirigida a, ou referir-se a, objetos e estados de coisas no mundo”¹³⁴. Assim, percebemos que existe uma estreita ligação entre consciência e intencionalidade. A diferenciação entre um estado inconsciente e um estado não-consciente¹³⁵ está estreitamente relacionada com a noção de intencionalidade. Para Searle, “estados cerebrais que não sejam conscientes podem ser compreendidos como estados mentais apenas na medida em que os compreendemos como capazes, em princípio, de dar origem a estados conscientes”¹³⁶.

Esse “critério” de definição de um estado mental é importante para explicar o conhecimento humano, pois estados mentais funcionam causalmente quando conscientes ou inconscientes. Searle aponta como exemplo o fato de seguirmos a regra de dirigir à direita da pista. Essa regra funciona causalmente quando estamos dirigindo, estejamos conscientes dela ou não. Neste ponto, Searle indica que “seguir regras de forma inconsciente, assim como seguí-las de forma consciente, deve ser uma questão de seguir o conteúdo intencional da regra”¹³⁷. O tempo em que a regra está operando é exatamente o tempo em que o comportamento é influenciado pela regra.

134 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 83.

135 Um estado não-consciente pode ser exemplificado pela secreção do neurotransmissor norepinefrina na fenda sináptica; por outro lado, como exemplo de um estado inconsciente podemos citar as crenças que temos quando dormindo. Cf. Idem. p. 84.

136 Idem. p. 84.

137 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 86.

Para vermos como isso é possível, devemos atentar-nos para a estrutura de um estado intencional. Searle define um estado intencional como “um conteúdo representativo [intencional] em certo modo psicológico”¹³⁸. O modo psicológico indica a direção de adequação do estado intencional e o conteúdo intencional, a partir do modo psicológico no qual se insere, indica as condições de satisfação do estado intencional. Um estado intencional qualquer tem a capacidade de representar suas condições de satisfação; todavia, não o faz por si só, mas frente a um conjunto de elementos que o transcende.

Isso ocorre porque os estados intencionais não funcionam de maneira isolada. Para que possamos acreditar que temos boas chances de ganhar a copa do mundo deste ano, por exemplo, temos que ter uma série de outros estados intencionais (conscientes ou inconscientes). Temos de crer, por exemplo, que a copa do mundo é uma competição na qual se chega a um ganhador, que temos uma seleção de bons jogadores, que esses jogadores irão entrar em campo, que eles se esforçarão por ganhar os jogos, etc. Para ter esse conjunto de estados intencionais necessitamos de um aparato de capacidades que nos permita lidar com o mundo. Somente assim podemos desenvolver conhecimento.

Desse modo, a intencionalidade, como capacidade que a mente tem de relacionar-nos com o mundo, só pode efetivar-se (um estado intencional só pode representar suas próprias condições de satisfação) frente a um *Background* que nos capacite para lidarmos com o mundo.

3.2 Linguagem e *Background*

Uma vez que a mente tem a capacidade de relacionar-nos com o mundo, alguns fenômenos importantes surgem dessa relação. Ao tratar da linguagem, Searle chama atenção para um desses fenômenos, a saber, o fato de conseguirmos passar da física para a semântica, quer dizer, ter, por exemplo, certos ruídos como portadores de determinados significados. Mais intrigante ainda é o fato de esses ruídos poderem até mesmo fazer coisas no mundo por meio de um ato de fala.

Searle desenvolve seus estudos no âmbito da filosofia da linguagem dando seqüência aos trabalhos de Austin, tomando a linguagem como uma ação humana. A partir da motivação de nosso estudo (investigar o alcance da atuação da noção de

138 Idem. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 15.

Background para apresentar-se uma unidade à obra de Searle, para desta unidade extrair algumas consequências epistemológicas), seguimos agora procurando demonstrar de que forma essa concepção de linguagem enquanto ação está associada com a noção de *Background*.

Para iniciar uma apreciação da linguagem no pensamento de Searle, buscando entender qual a relação desta com a noção de *Background*, devemos salientar que, para o filósofo, o ato ilocucionário (como ato pelo qual o falante atribui ao conteúdo do proferimento uma determinada força) é a unidade básica da comunicação. É ao ato ilocucionário que devemos atentar para tratarmos do tema do significado.

Sendo assim, seguindo a indicação de Searle, focaremos nossa atenção no ato ilocucionário apontando o relacionamento que este mantém com a intenção e com o significado. Por meio deste procedimento, poderemos explicitar qual a interação existente entre linguagem e *Background*.

Searle indica que um ato de fala apresenta uma estrutura dada pela relação entre dois elementos, a saber, o conteúdo de um ato ilocucionário e a força que este apresenta. Podemos ter tanto uma força ilocucionária aplicada a conteúdos diversos quanto um conteúdo que esteja em relação a várias forças ilocucionárias.

Seja, por exemplo:

- a- Ordeno que saias da sala.
- b- Sugiro que saias da sala.
- c- Afirmo que está chovendo.
- d- Afirmo que não é correto.

Os enunciados a e b são exemplos que demonstram o mesmo conteúdo (sair da sala) sendo aplicado a distintas forças (ordenar e sugerir). Já os outros dois enunciados são exemplos em que a mesma força ilocucionária (afirmar) se aplica a conteúdos distintos, (“estar chovendo” e “ser correto”).

Esse contexto de reflexão leva Searle a perceber a necessidade de entender o modo pelo qual o falante pode atribuir significado a meros sons que saem de sua boca; contudo, para chegar a este entendimento, o filósofo necessita ter esclarecido o modo pelo qual o falante atribui significado a sua fala. O ponto de partida, então, é

apresentar o problema referente ao modo pelo qual passamos da física para a semântica em termos de um questionamento acerca de como podemos chegar a atos ilocucionários a partir de sons emitidos. Para Searle, poderemos responder essa questão com um entendimento mais apurado do significado – que emerge da relação entre a força ilocucionária e o conteúdo do ato ilocucionário. Concentrando-se no estudo do significado, Searle trás, seguindo aportes de Grice, ao contexto de investigação a distinção entre significado da sentença e significado do falante.

O significado da sentença é determinado pelo significado das palavras na sentença. Mas, o que o falante quer dizer com o proferimento pode ser algo distinto do significado da sentença que é baseado no significado das palavras, pois, querendo dizer uma coisa, fazemos uso de expressões ou frases que por si só não poderiam significar o que desejamos comunicar com dessas expressões ou frases. Se um falante afirma: “Vou esmagar você com minha argumentação!”, não somos levados a pensar, como nos sugere o termo “esmagar” que o ato seja físico, mas entendemos que o interlocutor está afirmando ser muito boa sua argumentação. O significado do falante é distinto do significado da sentença. Essa diferenciação entre significado da sentença e significado do falante nos conduz à percepção do fato de que o significado do falante, embora “apoiado” no significado da sentença, está num plano distinto deste último – está no nível de metacomunicação; em certa perspectiva, existe espaço para uma atuação do falante enquanto autônomo em relação ao que está dado na linguagem. Com isso, temos duas situações distintas:

- a- Que o falante faz uso da linguagem para expressar, literalmente¹³⁹ ou não, o que deseja;
- b- Que a linguagem, como procuramos mostrar, não “funciona” a partir de si mesma, mas sim que requer uma série de elementos que estão além dela mesma. São esses elementos que compõem o campo da metacomunicação, sendo que é neste campo que o falante, mesmo imerso num contexto social, pode fazer uso de sua identidade e usar a linguagem – literalmente ou não.

Aclarando ainda mais os elementos envolvidos como problema a que se propõe resolver, Searle volta-se exclusivamente ao significado do falante, afirmando

139 Para Searle, temos o uso literal da linguagem quando o significado da sentença coincide com o significado do falante, ou seja, quando o falante tem a intenção de comunicar justamente o que o significado da sentença que usa para a comunicação expressa justamente o que deseja comunicar.

que uma resposta ao questionamento referente ao modo como o falante pode atribuir significados a meros sons que saem de sua boca é o ponto de partida para o entendimento do funcionamento da linguagem.

Chegando a esse ponto, Searle apresenta uma resposta: “a chave para a compreensão do significado é a seguinte: o significado é uma forma de intencionalidade derivada”¹⁴⁰. No ato ilocucionário, o falante impõe intencionalidade aos “símbolos” que usa para executar o ato, ou seja, ao emitir sons, querendo dizer algo com a emissão desses sons, o falante realiza um ato intencional sendo que a produção dos sons faz parte das condições de satisfação de sua intenção de dizer algo.

Quando o falante quer dizer algo e com isso significar alguma coisa, o movimento é mais complexo, pois aos sons que são condições de satisfação se aplicam condições de satisfação. Dito de outro modo, o significado é o caso de imposição de condições de satisfação a condições de satisfação. Vejamos um exemplo: se desejamos dizer que o dia está lindo, temos, então, como uma condição de satisfação que emitamos um conjunto de sons que podemos expressar pelos termos “o dia está lindo”. Emitir tais sons é uma condição de satisfação do desejo que temos de expressar que o dia está lindo. Se desejarmos expressar que o dia está lindo e desejarmos fazê-lo de modo significativo, temos o caso de imposição de condições de satisfação a condições de satisfação. Aos sons, que são condições de satisfação do desejo de dizer algo, impomos a condição de satisfação de significar o que queremos expressar, ou seja, de ser capaz de expressar que “o dia está lindo”.

Assim, o falante tem certa liberdade para utilizar a linguagem. Essa utilização se dá pelo ato de agregar uma determinada força ao conteúdo de interesse. Assim, o número de possibilidades de utilização da linguagem está diretamente ligado ao número de forças ilocucionárias existentes. Todavia, mesmo com essa multiplicidade de possibilidades de uso da linguagem, é possível que tenhamos uma classificação de tipos de usos da linguagem. Assim, podemos ter os tipos: assertivo (quando dizemos como as coisas são), diretivo (quando tentamos levar alguém a fazer alguma coisa), promissivo (quando comprometemo-nos a fazer coisas), expressivo (quando expressamos nossos sentimentos e atitudes) e declarativo (quando provocamos mudanças no mundo por meio de nossas emissões

140 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 131.

lingüísticas).

Ao associarmos a distinção entre o significado do falante e o significado da sentença a essa classificação dos tipos de usos que fazemos da linguagem, temos que é possível que determinado ato de fala venha se adequar a mais de um tipo de uso. Se um falante diz: “prometo ir visitá-los”. Nesse caso, temos uma declaração donde emerge uma promessa. Estão envolvidos aí o uso declarativo e o uso compromissivo. Essa variação referente as possibilidades, quanto ao uso da linguagem, está estreitamente ligada à intencionalidade, pois:

Os limites do significado são os limites da intencionalidade, e o fato de haver um número limitado de coisas que se pode fazer com a linguagem é uma consequência de nossa análise da intencionalidade¹⁴¹.

Essa limitação ocorre porque existem apenas três direções de ajuste, as quais foram analisadas quando tratamos da intencionalidade. Ou temos a direção de ajuste mente-mundo, que é característica do uso assertivo da linguagem (quando fazemos uma asserção é a mente que deve adequar-se ao mundo), ou temos a direção de ajuste mundo-mente, que é característica do uso diretivo e do uso compromissivo da linguagem (caso em que o mundo deve adequar-se à mente), e, por fim, a direção de ajuste nula, que é característica do uso expressivo da linguagem. As declarações são, neste contexto, casos especiais, pois temos a possibilidade de uma combinação entre direções distintas, o que é um elemento importante para a criação da realidade institucional.

A partir destas características da linguagem que acabamos de apresentar, importa-nos indicar como esta concepção de linguagem se encontra associada à noção de *Background*. O que vimos até agora leva-nos a perceber que o fator central para o entendimento da linguagem é poder ter claro como é possível ao falante significar os sons que emite. Como Searle indica que o significado é um caso de intencionalidade derivada, podemos aproximar a significação da noção de *Background* por meio da intencionalidade. Tendo em vista que a forma geral da intencionalidade se aplica aos atos de fala, ou seja, em ambas as situações estamos trabalhando com a diferenciação entre conteúdo e força ilocucionária (atos de fala) ou modo psicológico (estados intencionais – intencionalidade), importa perceber como, nas discussões de Searle acerca da significação, a noção de *Background* está ligada ao significado. Intuitivamente, somos levados a buscar o modo pelo qual

141 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 140.

o ato de fala pode representar suas condições de satisfação, pois os estados intencionais o fazem por meio do *Background*, ou melhor, frente a um determinado *Background*.

Tanto em *Intencionalidade* quanto em *A redescoberta da mente*, ao tratar do *Background*, Searle procura mostrar sua efetividade por meio de uma série de exemplos; somos levados a perceber que todo e qualquer estado intencional necessita de um fundo de base que o suporte. Dois desses exemplos estão estritamente ligados à linguagem. Assim como o tema da significação literal, também o tema da metáfora é explorado como argumento em favor da existência do *Background*.

A noção de significado literal de uma sentença não é uma noção independente do contexto; tem apenas uma aplicação relativa a um conjunto de pressupostos e práticas pré-intencionais de *Background*¹⁴².

E ainda:

Parece simplesmente ser um fato de nossas capacidades mentais o podermos interpretar certos tipos de metáforas sem a aplicação de nenhuma “regra” ou “princípio” subjacentes além da pura capacidade de fazer determinadas associações. Não conheço nenhum modo melhor de descrever essas capacidades do que dizer que se trata de capacidades mentais não-representacionais¹⁴³.

Essas duas passagens nos indicam claramente que o uso que fazemos da linguagem está estreitamente ligado às capacidades de *Background* que temos. Sempre que usamos a linguagem, estamos agindo intencionalmente, o que confere também, pelo fato de a intencionalidade depender do *Background*, importância ao fundo de capacidades no processo de uso da linguagem.

Percebendo que a intencionalidade está diretamente presente na concepção de mente apresentada por Searle e que também se faz presente na dinâmica de efetividade da linguagem, podemos concluir com o filósofo que:

O que temos de fato, não é apenas a mente de um lado e a linguagem do outro, mas a mente e a linguagem enriquecendo uma a outra até que, para seres humanos adultos, a mente esteja lingüisticamente estruturada¹⁴⁴.

Assim, percebemos o quanto, por meio da intencionalidade e sustentadas pelo *Background*, estão imbricadas a mente e a linguagem. A mente possibilita a linguagem, que por sua vez, possibilita a mente. Não poderíamos estar conscientes de determinada coisa sem que, na linguagem, pudéssemos identificar de estamos

142 SEARLE, J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 201.

143 Idem. p. 207.

144 SEARLE, J. R. *Mente, linguagem e sociedade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 141.

conscientes; todavia, não poderíamos, sem as capacidades mentais, fazer uso da linguagem. A solução, para este aparente círculo vicioso, Searle a apresenta pela dinâmica intencional que se funda no *Background*. Todavia, nem a linguagem nem a mente estão complementemente apresentadas se não mostramos sobre a relação dessas com a sociedade.

A seguir, estaremos explorando a noção de sociedade conforme a defende Searle, buscando explicitar a relação desta noção com o *Background*.

3.3 Sociedade e *Background*

Intuitivamente, somos levados a crer que a realidade social depende da mente e da linguagem e, não obstante esta dependência, também atua como elemento de apoio tanto à mente quanto à linguagem. Justamente por isso, todas (a mente, a linguagem e a sociedade) estão imbricadas de tal forma que podem, a partir das interações relacionais que são mantidas entre elas, constituírem uma visão geral de mundo. Atentemos para as características da realidade social e então teremos melhores condições de estabelecer referências ao nosso objetivo de aclarar as decorrências epistemológicas da noção de *Background* no pensamento de John Searle. A existência da sociedade depende de agentes intencionais de um modo que a existência das Cordilheiras dos Andes, por exemplo, não necessitam – isto acontece porque a sociedade tem uma realidade baseada em alguns elementos distintos. Sendo assim, ao tratar da realidade social, devemos buscar uma explicação de como é possível que exista uma realidade que epistemicamente é objetiva sendo que é constituída em parte por um conjunto de atitudes ontologicamente subjetivas.

Para uma apreciação deste ponto referente à objetividade e à subjetividade em seus usos ontológico e epistemológico, importa salientar a distinção, apresentada por Searle, no que se refere à idéia de observador: distinção entre dependência em relação a observadores e independência em relação a observadores. Essa distinção existe porque “alguns aspectos do mundo existem de forma inteiramente independente de nós, seres humanos, e de nossas atitudes e atividades; outros dependem de nós”¹⁴⁵. Contudo, para podermos tratar do modo

145 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 109.

pelo qual, segundo Searle, construímos a realidade social, necessitamos ter mais três elementos conceituais que se encontram na obra do autor, a saber: intencionalidade coletiva, atribuição de função de *status* e o conceito de regra constitutiva. Pelo fato de já termos tratado da noção de intencionalidade no capítulo anterior, esta não será agora abordada.

Atribuição de função de status – Esse fenômeno se dá a partir da relação que mantemos com determinado objeto, ou seja, atribui-se a determinada coisa um *status* que por si só ela não tem. Isso ocorre, por exemplo, da seguinte maneira: seja uma saliência em baixo relevo na areia da praia. Isto é um objeto. A este objeto pode se atribuir uma determinada função, por exemplo, de limitar o campo de jogo de uma partida de futebol a ser jogada por alguns atletas de fim de semana. A partir da atribuição desta função a saliência, ela passa a gozar do *status* de linha lateral do campo de jogo. Assim, atribuímos uma função a um objeto pela qual ele passa a gozar de um novo *status*. Essa dinâmica se faz importante no contexto da existência de fatos institucionais, pois, é ela que sustenta, a partir de capacidades de *Background*, a efetividade das regras constitutivas.

Regras constitutivas – Quando pensamos em regras, pensamos em coisas que regulam nossos comportamentos, ou seja, *em geral temos regras para regular atividades que existem independentemente das regras. Tais regras são regulativas. Elas regulam formas de comportamento que existiam anteriormente*¹⁴⁶. Todavia, existe um outro conjunto de regras, a saber, as regras constitutivas. Essas regras criam fatos, pois, *agir de acordo com as regras constitui a atividade regulada por elas. Regras constitutivas também regulam, mas fazem mais do que regular; elas constituem a própria atividade que regulam*¹⁴⁷. O exemplo dado ao tratarmos da atribuição de função de *status* evidencia claramente o que é a criação de um fato institucional, pois, antes da atribuição da função de limite do campo de jogo à saliência em baixo relevo na areia da praia, não se dava o fato de haver uma linha lateral de um campo de jogo de futebol naquele lugar.

Uma característica comum a todas as regras constitutivas, mesmo que em muitos casos essa característica não seja explicitamente demonstrada, é a de terem,

146 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 115

147 Idem.

essas regras, a mesma estrutura comum, expressa pela fórmula esquemática¹⁴⁸ “X conta como Y no contexto C”. Pode-se aclarar isto fazendo uso do exemplo de atribuição de função de *status*, pois, o termo “X” é substituído pela saliência em baixo relevo na areia e o termo “Y” é substituído pela linha lateral campo de jogo e “C” é substituído pelo contexto de uma partida familiar de futebol de areia na praia. Sendo assim, tem-se que “saliência em baixo relevo na areia” conta como “linha lateral do campo de jogo” no contexto “uma partida de futebol na areia da praia”.

A partir disso, podemos construir todo e qualquer fato institucional, pois, partindo de um “X”, pela atribuição de função de *status*, baseada na Intencionalidade coletiva, podemos ter o fato institucional “Y” em um determinado contexto “C”. A possibilidade de termos fatos sociais cada vez mais complexos se dá por que tanto o termo “Y” como o termo “C” pode vir a ser, em outro patamar da construção da realidade social, o termo “X” em outra aplicação da fórmula Esquemática. Contudo, não obstante essa possibilidade de aumento da complexidade por meio da relação de elementos sociais, ao trilharmos o sentido oposto à evolução desta complexidade, encontrar-se-á, ao fim, um fato bruto como termo “X”, pois, como não poderia deixar de ser, uma vez que toda a argumentação aqui apresentada parte da pressuposição do realismo externo, a realidade bruta é o ponto de partida para a existência da realidade social.

A realidade social, surgida da atribuição de *Status*, via intencionalidade, depende preponderantemente da linguagem. O ponto de partida para vermos como a linguagem desempenha um papel fundamental para a construção da realidade social é percebermos que podemos criar fatos com proferimentos performativos. Quando é dito, pela pessoa competente para fazê-lo, “você está demitido!”, temos um ato de demissão. Nas palavras de Searle:

Podemos declarar guerra dizendo: “A guerra está declarada” e assim por diante, para um grande número de casos. De que maneira isso é possível? A resposta é que muitas vezes, em nossas regras constitutivas, o termo X é por si só um ato de fala¹⁴⁹.

No caso da regra constitutiva que suporta a construção da realidade social, quando em X temos um ato de fala, há uma realização performativa do ato de fala, pois este ato de fala cria o fato institucional representado pelo termo Y. Se é dito, num contexto adequado C, “A audiência está encerrada!” temos que a audiência

148 Optou-se pelo termo “formula esquemática” para expressar a estrutura fundamental da atribuição de status por acredita-se que essa nomenclatura expressa de modo mais adequado a função exercida pela sentença “X conta como Y no contexto C”.

149 SEARLE, J. R. Mente, linguagem e sociedade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 124.

está encerrada, e isto é um fato. Assim, X (o proferimento de “A audiência está encerrada!”) conta como Y (o fato de encerrar a audiência), no contexto C (um tribunal de pequenas causas, por exemplo).

Para podermos perceber qual relação entre a realidade social e o *Background* necessitamos atentar a noção de regras constitutivas. Um aspecto a ser destacado é que a estrutura das instituições humanas é uma estrutura de regras constitutivas, das quais normalmente não somos conscientes. Além disso, podemos ter crenças falsas sobre a natureza de instituições bem como também o fato de que quem mesmo criou uma instituição pode não perceber a estrutura desta instituição criada.

Nessas condições, somos levados a questionar o papel que podem desempenhar as regras constitutivas na conduta real de quem se encontra em meio a instituições sociais. É nesse ponto que a noção de *Background* começa a se fazer notar, pois em geral, as regras não estão codificadas e, quando codificadas, grande parte destas codificações nos passam despercebidas sendo que, mesmo quando não as ignoramos, as codificações não se permitem interpretar por si só. Temos que saber como interpretar e como aplicar as regras codificadas.

Para explicar cómo podemos relacionarnos con estructuras de desempeño de papeles, como el lenguaje, la propiedad, el dinero, el matrimonio, etc., cuando no conocemos las reglas y, por lo tanto, no las podemos observar ni consciente ni inconscientemente, tengo que apelar a la noción que antes he llamado <<el trasfondo>>¹⁵⁰.

Para Searle¹⁵¹, o elemento crucial para percebermos como se dá a relação entre a estrutura do *Background* e a estrutura das instituições é visualizarmos que o *Background* pode ser causalmente sensível às formas específicas da regra constitutiva da instituição sem a necessidade de conter crenças, desejos ou representações das regras.

Classes de capacidades e tipos de saberes práticos são reflexos de um conjunto de regras constitutivas. A partir dessas classes de capacidades e saberes práticos (referentes ao modo como as coisas são e do modo como devemos fazer as coisas) impomos funções a entidades que por suas características químico-físicas não poderiam exercer tais funções. Tais entidades exercem tais funções por meio de acordo ou de aceitação coletiva e as regras que regem a possibilidade de tais

150 SEARLE, J. R. La construcción de la realidad social. p. 140.

151 Idem. p. 153.

funções serem exercidas são regras constitutivas.

Assim, conclui Searle:

Sostengo es que al aprender a lidiar con la realidad social adquirimos un conjunto de capacidades cognitivas que son por doquier sensibles a una estructura intencional, y en particular a las estructuras de reglas de las instituciones complejas, sin necesidad de que estén contenidas en parte alguna representaciones de las reglas de esas instituciones¹⁵².

Temos as capacidades para lidar com o mundo e essas capacidades são, em sua grande maioria, capacidades pré-intencionais, são capacidades que constituem um fundo de base sobre o qual nossas atividades coletivas são possíveis, por meio de regras constitutivas – regras que usamos para atribuir funções. Esse fundo de base é justamente o que expressa a noção de *Background*.

3.4 Mente, linguagem e sociedade: subjetividade e conhecimento

Focamos nossa atenção à mente, à linguagem e à sociedade buscando apontar qual a relação que há entre essas noções, que se constituem centrais para a epistemologia que emerge do pensamento de Searle, e a noção de *Background*. Agora, podemos melhor visualizar a unidade que esta noção confere à dinâmica de interação entre esses elementos. Nesta perspectiva, Searle nos leva a perceber que:

A consciência e a intencionalidade são partes reais do mundo real, independente dos observadores, mas conferem aos animais a capacidade de criar fenômenos dependentes dos observadores. Entre esses fenômenos relativos aos observadores estão as funções. Muitas espécies têm a capacidade de atribuir funções a objetos. Uma capacidade aparentemente exclusiva dos seres humanos é a habilidade de atribuir funções de *status* e, assim, criar fatos institucionais. Funções de *status* exigem linguagem, ou pelo menos uma capacidade de simbolização semelhante à linguagem¹⁵³.

Searle indica, com *Mente, linguagem e sociedade*, a estreita relação que mantêm entre si a mente, a linguagem e a sociedade. Baseada nessa interação, a adoção destes três elementos, como ferramentas do trabalho filosófico, repercute nas discussões sobre o conhecimento, pois, desta forma, Searle apresenta um construto epistêmico que, diferentemente da tradicional teoria do conhecimento – que buscava as condições de possibilidade do conhecimento confiável – efetiva-se no processo de explicitação das condições de possibilidade da validade

152 Idem. p. 156.

153 SEARLE, J. R. *Mente, linguagem e sociedade*. p. 125.

intersubjetiva das sentenças. A objetividade, no que se refere ao ato de conhecer, só é possível frente a um *Background* que suporte a relação entre os elementos constituintes do contexto da construção do conhecimento.

A partir das indicações de Wittgenstein e Austin a respeito do funcionamento da linguagem, Searle indica-nos que tanto a validade quanto a viabilidade do conhecimento não pode ser buscada em algo de caráter absoluto. Fazendo uma aproximação intuitiva, podemos dizer que, como no caso da efetividade da linguagem, também a efetividade do conhecimento – sintetizado aqui pela noção de objetividade – emerge de uma forma de vida e sustenta-se em convenções sociais.

A contribuição de Searle para o avanço do estado da arte das discussões acerca da linguagem, e por extensão sobre o conhecimento, está em apresentar – em conformidade com os avanços científicos de nosso tempo, o modo pelo qual a mente relaciona-nos com o mundo. Nesta apresentação, percebemos a inclinação de Searle a não diferenciar o conhecimento filosófico do conhecimento científico. O filósofo não nega as características peculiares de cada tipo de saber (da ciência por um lado e da filosofia por outro), contudo, reforça que existe uma unidade de fundo dada no fato de tratarem, tanto o saber filosófico quanto o saber científico, de um mesmo (e único) mundo.

A partir deste posicionamento a respeito da relação entre filosofia e ciência, Searle não se exime de apresentar, enquanto filósofo, algumas alternativas possíveis as discussões em torno da existência, da realidade, da verdade e de outros temas sempre perenes em filosofia. Sua postura diante das problemáticas referentes a estes temas expressa uma valorização do conhecimento por sua utilidade para a humanidade. Não podemos, contudo, a partir deste apreço pelo caráter utilitário do conhecimento, classificá-lo como utilitarista. Ao contrário, Searle acredita que o conhecimento humano pode evoluir assegurado pela pressuposição de base de que o mundo existe de uma maneira independente de nossas representações dele. O caráter de utilidade do conhecimento está ligado à sua aplicação prática, no cotidiano. Assim, sua postura epistemológica se identifica com os ideais iluministas e pode ser tida como uma epistemologia da vida, no sentido de que buscamos a todo o momento conhecer mais para vivermos melhor.

Em resumo, se é que é possível fazê-lo, podemos afirmar que Searle desenvolve, notadamente a partir de certas influências, uma epistemologia própria

que se efetiva como uma alternativa frente aos programas de investigação já tradicionalmente assentados no Ocidente. Os fatores que distinguem a proposta searleana são basicamente dois, a saber, a recusa ao dualismo e a defesa da subjetividade. O primeiro fator é, de certo modo, instrumental, ou seja, necessário para estabelecer os parâmetros do segundo.

É na defesa da subjetividade que se dá o desenvolvimento e a contribuição de Searle às discussões sobre o conhecimento. Nesta dissertação, procuramos mostrar como a noção de *Background* emerge, no processo de construção da epistemologia proposta por Searle, como elemento que confere unidade ao pensamento deste autor (que busca a apresentação de uma teoria geral coerente), bem com elo de sustentação da atividade cognoscível humana.

Considerações finais

Do fato da linguagem tornar-se condição de possibilidade do exercício filosófico decorre uma nova forma de concebermos a relação do sujeito com o mundo. O século XX apresentou-nos muitas inovações teóricas e práticas no que se refere à nossa existência, sendo que, em meio a esse turbilhão de fatos, de teorias e de avanços tecnológicos, segue ainda o homem (sujeito empírico) a tratar de temas centrais e de fundamental importância à sua existência. Temas éticos, políticos e outros tantos seguem sendo debatidos com vigor a todo momento. Contudo, dentre as várias reflexões possíveis a respeito da vida, a ação humana de conhecer tem certo destaque, visto que é a partir do conhecimento que podemos travar todas as demais discussões.

John Searle é um dos pensadores atuais que contribui com estas discussões. Seu objetivo é colaborar no esforço que fazemos em prol de uma sociedade melhor e, com isso, melhores condições de vida. Neste sentido, busca auxiliar na elaboração de uma teoria geral acerca do mundo que unifique todo o conhecimento alcançado. Neste propósito, o filósofo apresenta seu pensamento a partir de uma estrutura estabelecida por meio da interação entre a mente, a linguagem e a sociedade.

A partir desta interação, podemos perceber o posicionamento epistemológico proposto por Searle. Como pensador pós-metafísico, o filósofo não trabalha no sentido de explicitar como é possível que tenhamos uma sentença verdadeira, mas sim como é possível a existência de sentenças intersubjetivamente válidas. Nesta perspectiva, as noções de “sujeito” e de “mundo” caracterizam-se de modo diferente. No que se refere ao sujeito, ao tratar tanto da mente quanto da linguagem e também da sociedade, Searle concebe-o, respectivamente, numa dimensão individual, numa dimensão interativa e, por fim, numa dimensão coletiva.

Com este objetivo, a partir da estruturação de seu pensamento por meio das noções de mente, de linguagem e de sociedade, o filósofo desenvolve uma análise com uma unidade de propósito, mas também com unidade lógico-conceitual. Justamente sobre a unidade do pensamento searleano é que discorreremos nesta

dissertação. Nos três capítulos, procuramos mostrar elementos que explicitam o contexto filosófico onde está inserido o pensamento de Searle, buscando perceber as bases conceituais de que o autor utiliza para estruturar a idéia de *Background* e também procurando estabelecer o modo pelo qual se dá a evolução desta idéia no interior da obra do filósofo. Posteriormente, restringimo-nos à noção de *Background*: tratamos tanto de sua relação com a noção de intencionalidade como de suas características constitutivas e, por fim, exploramos a presença desta noção na concepção que apresenta Searle acerca das três realidades estruturais de seu pensamento, a saber, a mente, a linguagem e a sociedade.

No primeiro capítulo, demonstramos que a idéia de algo que sustente a linguagem – no sentido de ser condição de possibilidade desta – já está presente no tratamento que Wittgenstein e Austin dispensam à linguagem. Contudo, ao trabalhar com temas referentes à linguagem, Searle percebe que a idéia deste fundo de sustentação da linguagem se aplica também às outras ações humanas. A partir desta demonstração, nota-se que a idéia de um fundo de base começa a tomar importância para o pensamento de Searle.

Cientes dessa importância, exploramos, no segundo capítulo, a idéia de *Background* a partir de várias perspectivas. Primeiramente, abordamos a noção de intencionalidade: a capacidade que a mente tem de relacionar-nos com o mundo. Essa capacidade é também parte do *Background* e, justamente por isso, tendo em vista o papel que desempenha, caracteriza-se como uma expressão da efetividade deste fundo de capacidades, tendências e predisposições. Contudo, a noção de *Background* não se resume apenas em suporte da nossa relação com o mundo. Desta relação, emerge um conhecimento que, geralmente, se demonstra complexo e interligado com inúmeras perspectivas sobre as quais se estabelece nossa existência. A fim de melhor entender essas características próprias da noção de *Background*, exploramos os elementos que Searle nos apresenta quando explicita o que quer dar a entender com o termo “*Background*”.

No terceiro capítulo, entendemos como se apresenta este conceito na concepção searleana tanto de mente quanto de linguagem e também de sociedade. Searle apresenta a consciência e a intencionalidade como características fundamentais da mente. Percebemos que a noção de *Background* atua na estruturação da consciência de modo a sustentá-la. A atenção que dispensamos

tanto ao modo como Searle engendra a consciência em nossa visão geral de mundo quanto à função que atribuí aos estados conscientes e, também, nossa atenção à estrutura destes estados, leva a percebermos que a consciência não deve ser afastada da noção de intencionalidade e que a efetividade da consciência depende de uma série de elementos que cumpre a função de sustentar as dinâmicas próprias de seus traços estruturais.

No que se refere à linguagem, o que Searle pretende esclarecer é o modo pelo qual podemos passar da física para a semântica. Neste sentido, o filósofo conclui que os limites do significado são os limites da intencionalidade, ou seja, o uso da linguagem está dado dentro da abrangência da capacidade que a mente tem de relacionar-nos com o mundo. Isso ocorre porque, ao tratar a linguagem como uma ação, não podemos simplesmente estabelecer a reflexão em termos estritamente lingüísticos, pois temos também que ter em mente o contexto em que a linguagem é utilizada e, além disso, as capacidades requeridas ao falante para que esse possa fazer uso da linguagem. Quando tratamos de capacidade do falante para o uso da linguagem, falamos de capacidades bio-culturais que não estão dadas na linguagem. Estas capacidades são expressas nas dinâmicas intencionais donde emerge a semântica, ou seja, donde é possível a significação.

Quanto à sociedade, percebemos que só é possível a partir de três elementos: a intencionalidade coletiva, a atribuição de função de *status* e a noção de regras constitutivas. A intencionalidade coletiva está diretamente ligada à noção de *Background*, a idéia de atribuição de *status* e a noção de regras constitutivas dependem fortemente da significação e da relação que temos com o mundo. Podemos perceber, então, a relação existente entre a realidade social, em sua criação e manutenção, e as características que fazem do *Background* uma noção presente na concepção searleana de mente e de linguagem.

Contudo, uma vez que determinada realidade social é criada, ela passa a ser parte do mundo no sentido que, com essa realidade, também nos relacionamos. Assim, tanto quanto nos relacionamos com a Serra do Mar, nos relacionamos com a “propriedade”, com a “democracia” e outras realidades que dependem de um observador (sujeito empírico com seu conjunto de capacidades mentais) e da linguagem (efetivada a partir de uma dinâmica intencional) para existir. Com essas indicações, somos levados a concluir que a noção de *Background* constitui-se como

condição de possibilidade do pensamento maduro de Searle. Essa noção estabelece a interação entre as noções de mente, de linguagem e de sociedade, sendo que o conjunto desses três elementos abriga todo o contexto de nossa existência.

Não obstante as críticas que recebe, Searle mostra-se um pensador coerente com seu propósito de contribuir com a “visão iluminista”, da qual é partidário. A partir da noção de *Background*, o filósofo explora três perspectivas da existência humana: a individual – contemplada na perspectiva mental –, a coletiva – contemplada na sociedade – e, por fim, a interativa – contemplada na noção de linguagem. Assim, podemos perceber que a defesa exercida pelo autor no que se refere à subjetividade só pode ser entendida a partir da aceitação da noção de *Background* como possibilitador da atividade humana.

Sendo o conhecimento uma atividade importante – no sentido que é a partir dele que realizamos todas as demais atividades – importa esclarecer de que modo a noção de *Background* pode contribuir para com a reflexão sobre nosso conhecimento. Deste contexto, implica colhermos algumas indicações que nos ajudem a perceber com mais propriedade o plano no qual refletimos sobre o ato de conhecer, ou seja, termos a possibilidade de lançar novos questionamentos, em meio a tantos já existentes, no sentido de, em última instância, viver melhor.

Entretanto, Searle não pretende chegar à verdade no sentido em que esse termo é tradicionalmente entendido. Seu objetivo é trabalhar em filosofia a partir do cotidiano e com isso colaborar na estruturação de uma teoria geral coerente acerca do mundo. Não obstante, o filósofo acredita que a verdade é uma noção útil à dinâmica do conhecer, pois, frente a determinado *Background*, os agentes envolvidos em uma determinada situação podem estabelecer um acordo a respeito dos fatos. Tendo a possibilidade deste acordo, a verdade se dará quando, ao fazer uso da linguagem, expressamos o fato coerentemente. Assim, a noção de verdade aceita pelo autor é baseada na correspondência entre a linguagem e o mundo, o que obviamente sugere um paralelismo entre esses elementos.

Porém, Searle não restringe o uso da linguagem às situações em que a noção de verdade se aplica. A noção de ato de fala, herdada de Austin, e a idéia de “jogos de linguagem”, de Wittgenstein, dão ao filósofo o ponto de partida para as discussões lingüísticas que o conduzem a apresentar a idéia de *Background*. Com esta idéia sustentando a interação entre as realidades estruturais do mundo – a

mente, a linguagem e a sociedade – temos um contexto de vivência onde as relações – por definição, baseadas em nosso conhecimento – se efetivam não apenas a partir da noção de verdade, mas sim em um contexto onde a idéia de validade se concretiza como importante ferramenta epistemológica. Se eu digo o fato como este é, digo a verdade; se dou uma ordem que é cumprida, fui obedecido; se desejo algo que realmente acontece, meu desejo foi satisfeito. Esses exemplos nos levam a perceber que, além dos critérios para dizermos que algo é verdadeiro, também temos condições que são necessariamente satisfeitas para que possamos ter uma ordem que seja cumprida e um desejo que seja satisfeito.

Como o que se aplica a esses exemplos também é correspondente a todos os outros aspectos de nossa existência, importa, então, explicitar as “condições de satisfação” de cada situação possível de nossa vida. Este é, justamente, o objetivo de Searle ao se propor contribuir com a estruturação de uma teoria geral coerente acerca do mundo. A partir da noção de *Background*, o filósofo procura explicitar as condições necessárias à efetividade das situações que vivemos cotidianamente. Neste sentido, Searle procura expor as características de nosso modo de vida, as suas condições de satisfação, e, assim, apresenta-nos uma epistemologia da vida.

BIBLIOGRAFIA

Obras do autor

SEARLE, J. R. "What is a Speech Act?" *Philosophy in America*, Max Black (ed.), Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1965; London: Allen and Unwin, 1965.

_____. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. Neste estudo usamos a versão em língua portuguesa: *Os Actos de Fala, um Ensaio de Filosofia da Linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

_____. *The Campus War*. New York: The World Publishing Co., 1971; Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, Ltd., 1972.

_____. *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. Neste estudo usamos a versão em língua portuguesa: *Expressão e Significado; Estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Neste estudo usamos a versão em língua portuguesa: *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Minds, Brains and Science*. The 1984 Reith Lectures, London: British Broadcasting Corporation, 1984; Penguin Books, 1989; Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985. Neste estudo usamos a versão em língua portuguesa: *Mente, Cérebro e Ciência*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____; VANDERVEKEN, D. *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge, Mass.; London, England: MIT Press, A Bradford Book, 1992. Neste estudo usamos a versão em língua portuguesa: *A Redescoberta da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *The Construction of Social Reality*. New York: The Free Press; Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1995. Neste estudo usamos a versão em língua espanhola: *La construcción de la realidad social*. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *The Mystery of Consciousness*. New York: A New York Review Book, 1997; London: Granta Books, 1997. Neste estudo usamos a versão em língua portuguesa: *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SEARLE. J. R. *Mind, Language and Society, Philosophy in the Real World*. New York: Basic Books, 1998; London: Weidenfeld and Nicholson, 1999. Neste estudo usamos a versão em língua portuguesa: *Mente, linguagem e sociedade, Filosofia no mundo Real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____.; FAIGENBAUM, G. *Filosofia y Teoria Social, Conversaciones con John Searle*. (online publication) Buenos Aires: www.librosenred.com, 2001. Neste estudo usamos a versão impressa em língua espanhola: *Conversaciones con John Searle*. Libros En Red, Print on Demand, 2001.

_____. *Rationality in Action*. Cambridge, MA: MIT Press 2001. Neste estudo usamos a versão (preliminar) em língua espanhola: *Razones para actuar*. Oviedo: Ediciones Nobel, 2000.

_____. *La Universidad Desafiada: el Ataque Postmodernista en las Humanidades y las Ciencias Sociales*. Edison Otero B. (ed.), Universidad Central de Chile: Bravo y Allende Editores, 2002.

_____. *Consciousness and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. *Liberte et Neurobiologie*. Paris: Bernard Grasset, 2004. Neste estudo usamos a versão em língua espanhola: *Liberdad y neurobiologia*, Barcelona: Paidós, 2005.

_____. *Mind: a Brief Introduction*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004.

_____. *The Future of Philosophy*. In: http://ist-socrates.berkeley.edu/~jsearle/future_of_philosophy.rtf

Obras citadas

ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. *Performativo-constativo*. In OTTONI, P. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.

MARCONDES, D. *Filosofia, linguagem e comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, M. A. *A Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. São Paulo: ed. Loyola, 1996.

OTTONI, P. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. John Langshaw Austin and the Performative View of Language. *DELTA*. [online]. 2002, vol.18, no.1 [cited 28 January 2006], p.117-143. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000100005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-4450.

REASON MAGAZINE, fevereiro de 2000 – in: <http://reason.com/0002/fe.ef.reality.shtml>

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

Obras consultadas

CHURCHLAND, P. *Matéria e Consciência*. Marília, UNESP. 2003

D'AGOSTINI, F. *Analíticos e continentais*. São Leopoldo: Unisinos, 2002

GARDNER, H. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SCHEER NETO, E. J. O novo estudo da mente: a ciência cognitiva. *Psicologia Argumento*, Curitiba: v. 15, n. 21, p. 53-58.

SOARES, A. *O que são ciências cognitivas*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea: uma introdução crítica*. São Paulo: EPU, 1977.

TEIXEIRA, J. F. *O que é filosofia da mente*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Filosofia da mente e inteligência artificial*. Campinas: UNICAMP, 1996.

THAGARD, P. *Mente: introdução à ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artmed, 1998

VALLE, B. *Wittgenstein: a forma do silêncio e a forma da palavra*. Curitiba: Champagnat, 2003.